MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

UMA RECONSTRUÇÃO DO CONSTRUTIVISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A RECONSTRUCTION OF CONSTRUCTIVISM IN INTERNATIONAL RELATIONS[1]

STEFANO GUZZINI[2]

Mestre em Economia pela *London School of Economis* e PhD em Ciências Sociais e Políticas pelo *European University Institute*, Florença. É Pesquisador Sênior do Instituto Dinamarquês para Estudos Internacionais e Professor Associado na *Uppsala University*, Suécia.
E-mail: sgu@diis.dk

TRADUTOR: JOÃO NACKLE URT[3]
Professor do Curso de Relações Internacionais da UFGD
Doutorando de Relações Internacionais pela UNB
E-mail: joaourt@ufgd.edu.br

[1] N.T. Originalmente publicado em inglês no *European Journal of International Relations* 6(2), 2000, p. 147–182.

[2] Esse artigo foi escrito sob os auspícios de um projeto internacional financiado pela *Volskwagen-Stiftung* sobre 'Novas diretrizes para o ensino das Relações Internacionais: Uma Tarefa para Instituições Regionais na Europa Central e Oriental'. Sua primeira versão foi exposta em *workshops* em São Petersburgo (fevereiro de 1999) e Nida, Lituânia (setembro de 1999). Quero agradecer os participantes, em particular, Christopher Daase, Andrey Makarychev e Klaus Segbers por seus comentários sobre um esboço anterior. Além disso, foram-me muito úteis as sugestões e comentários de Lóránd Ambrus-Lakatos, Alexander Astrow, Jeffrey Checkel, Jef Huysmans, Markus Jachten-Fuchs, Peter Katzenstein, Anna Leander, Michael Merlingen, Cas Mudde, Heikki Patomäki, Ulrich Sedelmeier, Davide Sparti, Alexander Wendt, Colin Wight, Friedrich Kratochwil e dos pareceristas anônimos do *European Journal of International Relations* (EJIR). Depois de seis anos de ensino na *Central European University*, eu gostaria de dedicar este artigo aos meus alunos, com quem aprendi mais do que eles poderiam imaginar.

[3] Com a colaboração dos acadêmicos Marienne Cacho Pires, Richards Machado e Rafael Gonçalves Alexandre, do curso de Relações Internacionais da UFGD. O tradutor agradece ao prof. Hermes Moreira Júnior pela leitura e comentários. Agradece especialmente ao autor, prof. Stefano Guzzini, que além de ceder gentilmente a versão do seu artigo para publicação na revista *Monções*, colaborou com esclarecimentos durante o processo de tradução.

As notas da tradução são precedidas da sigla N.T. As demais são as notas originais do autor.

RESUMO: Como forma de evitar tanto abordagens teoricamente ecléticas, quanto abordagens teoricamente redundantes, este artigo propõe uma reconstrução possível e coerente do construtivismo, entendido como uma metateoria reflexiva. Esta reconstrução começa levando a sério a dupla virada sociológica e interpretivista nas ciências sociais. Baseado na "dupla hermenêutica", o construtivismo pode ser mais bem compreendido distinguindo-se sua postura quanto ao nível da observação, quanto ao nível da ação propriamente dita e quanto à relação entre esses dois níveis. Com base nessa distinção, o artigo argumenta que o construtivismo trata, do ponto de vista epistemológico, sobre a construção social do conhecimento e, do ponto de vista ontológico, sobre a construção da realidade social. Além disso, o construtivismo demanda a combinação de uma teoria social do conhecimento com uma teoria intersubjetivista da ação, em detrimento de uma teoria individualista da ação. Finalmente, a análise do poder é central para compreender a ligação reflexiva que se estabelece entre os níveis da observação e da ação. Este argumento está inserido numa contextualização na qual o construtivismo é inspirado pela "modernidade reflexiva" e, mais diretamente, pelo fim da Guerra Fria.

Palavras-chave: construtivismo; teoria das relações internacionais; metateoria; dupla hermenêutica; intersubjetividade; poder; reflexividade

ABSTRACT: In order to avoid both theoretically eclectic and redundant approaches to constructivism, this article proposes one possible and coherent reconstruction of constructivism understood as a reflexive meta-theory. This reconstruction starts by taking seriously the double sociological and interpretivist turn of the social sciences. Based on 'double hermeneutics', constructivism is perhaps best understood by distinguishing its position on the level of observation, the level of action proper, and the relationship between these two levels. On the basis of this distinction, the article argues that constructivism is epistemologically about the social construction of knowledge and ontologically about the construction of social reality. It furthermore asks us to combine a social theory of knowledge with an intersubjective, not an individualist, theory of action. Finally, the analysis of power is central to understanding the reflexive link between the two levels of observation and action. The argument is embedded in a contextualization where constructivism is seen as inspired by 'reflexive modernity', as well as more directly by the end of the Cold War.

Keywords: constructivism; international relations theory; meta-theory; double hermeneutics; intersubjectivity; power; reflexivity

Que história de sucesso! Pouco conhecido há uma década, o construtivismo tornou-se o desafiador oficialmente acreditado do núcleo duro da disciplina (Katzenstein *et al.*, 1998). "A construção social de..." está entupindo os títulos das páginas de nossos livros e artigos, assim como aconteceu com "A Economia Política de..." nos anos 1980.

O sucesso é devido, pelo menos em parte, à suposta posição de "via média" do construtivismo (Adler, 1997). Assumir uma postura construtivista permite sermos críticos ou pelo menos adotarmos um ponto de vista inovador em relação ao *mainstream*.

E ainda assim, o construtivismo não sucumbe ao canto da sereia do pós-estruturalismo, cujas críticas o transformaram numa postura idealista radical, cada vez mais esvaziada de qualquer significado inteligível. Em outras palavras, o construtivismo promete fazer contribuições significativas ao debate teórico em Relações Internacionais. Já faz algum tempo, inclusive nas contribuições de muitos estudiosos do *mainstream*, que esse debate busca evitar cair nos extremos do empirismo e do idealismo, do individualismo e do holismo, ou do absolutismo e do relativismo. Assim, o construtivismo não promoveu uma busca deliberada pela via média nos debates teóricos, mas apenas foi autorizado a se tornar o ocupante legítimo dessa lacuna.

A nova proeminência do construtivismo tem um preço. Está-se a apenas um passo de se inverter a relação entre o construtivismo e a via média, isto é, embora as posições construtivistas façam parte da via média, nem toda via média é construtivista. Em outras palavras, o preço do sucesso foi o abandono de algumas ideias básicas do construtivismo.

Consequentemente, a fórmula "a construção social de..." costuma ser utilizada de forma eclética ou redundante. O ecletismo aparece quando o construtivismo se torna uma categoria geral, da qual muitos pesquisadores

escolhem sua versão particular, sem necessariamente observar a devida coerência teórica do produto final. A redundância ocorre quando um toque construtivista é utilizado para renovar abordagens já existentes. Isso acontece, por exemplo, quando o construtivismo é usado para se referir à alegação de que as ideias, além dos fatores materiais, têm impacto na política. Assim, o construtivismo seria diferente do "racionalismo" no sentido em que este impacto não é necessariamente redutível à ação estrategicamente calculada; seria diferente do puro "idealismo" onde as ideias não surgem no vácuo (ver o bem-cunhado título de Risse-Kappen, 1994), mas surgem em um contexto histórico e demandam um suporte institucional para serem eficazes. Além disso, as ideias e seu suporte institucional podem afetar as preferências e interesses dos atores. Se isso fosse tudo, a análise de Stephen Krasner (1982) sobre o papel dos regimes nas preferências dos atores faria dele um dos primeiros construtivistas (não que ele se importasse muito com a sua própria rotulagem). Mas se isso fosse tudo, por que se preocupar em estudar o construtivismo? A vida é curta.

Contra a tendência do uso eclético ou redundante do construtivismo, o presente artigo busca uma coerência teórica e tenta reconstruir pontes para a pesquisa empírica. O que se oferece adiante é um repensar sistemático das premissas construtivistas. Não se trata de mais uma análise sobre o construtivismo. Não se busca um mínimo denominador comum do construtivismo, que seja compartilhado por todos os estudiosos que assim se se denominam. Este empreendimento tem méritos indiscutíveis como primeiro passo na coleta de informações sobre um novo programa de pesquisa. As últimas tentativas, porém, mostraram seus limites. Tamanha diversidade parece levar à implosão da categoria do construtivismo. Consequentemente, um grande número de artigos recentes optou por atribuir maior coerência ao construtivismo, seja enfatizando um ponto de vista particular (como em Adler, 1997), seja escolhendo aprofundar a discussão de uma abordagem particular (Checkel,

1998), seja fornecendo tipologias (Hopf, 1998). Embora este artigo compartilhe alguns desses esforços, ele busca oferecer mais explicitamente uma reconstrução coerente, ainda que não a única reconstrução possível, do construtivismo, entendido simplesmente como uma metateoria explicativa[4].

A presente reconstrução enfatiza dois importantes antecedentes lógicos das teorias da "via média", quais sejam as viradas interpretivista e sociológica nas ciências sociais. Levar a virada interpretivista a sério significa partir da ideia de ação dotada de sentido (ou ação significativa) e então agregar a diferença entre ciências sociais, que precisam interpretar um mundo já interpretado, e ciências naturais, que dispensam esse procedimento (Schutz, 1962 [1953]). A teoria deve, portanto, conceitualizar a ação no nível do senso comum separadamente da ação de segunda ordem (ou, no nível da observação). Mais importante, ela deve analisar o relacionamento entre estes dois níveis. O que também distingue o mundo social do mundo natural, é que a opinião que se tem sobre as pessoas e suas ações pode fazer uma grande diferença para elas. Por exemplo, ser identificado como representante de um estado oportunista influencia suas opções em negociações futuras. Além disso, os seres humanos – diferentemente dos fenômenos naturais – podem reflexivamente se tornar conscientes de tais atribuições e assim influenciar suas ações e interações com elas. Este "efeito de *looping*" (Hacking, 1999: 34) é uma das razões para a importância da "identidade" nos escritos construtivistas, teórica e empiricamente.

Levar a virada sociológica a sério implica que a ação significativa (e o conhecimento de agentes e observadores) é um fenômeno social, ou intersubjetivo. Não pode ser reduzida à psicologia cognitiva ou à escolha baseada em interesses. Em vez disso, a virada sociológica enfatiza em primeiro lugar o

[4] Logo, o presente artigo não trata diretamente das questões morais que são a preocupação central de alguns construtivistas (Kratochwil, 1989; Onuf, 1989) e das abordagens pós-modernas (para uma avaliação da ética pós-estruturalista em RI, ver Guzzini, 1997).

contexto social no qual identidades e interesses, tanto de atores quanto de observadores-agentes, se constituem. Por fim, significa também que o relacionamento entre contexto e atores tem de ser problematizado em si mesmo, p. ex. a relação entre o mundo social e a construção social dos significados (aí incluído o conhecimento).

Em outras palavras, a presente reconstrução entende o *construtivismo tanto em termos de uma construção social dos significados (inclusive o conhecimento), quanto em termos da construção da realidade social.* Ela procede em dois passos. A primeira seção tem por objetivo contextualizar a recente virada sociológica e interpretivista nas ciências sociais. Discutirei que o sucesso recente do construtivismo pode ser ligado ao duplo contexto do que Ulrich Beck chamou de "modernidade reflexiva", que afetou todas as ciências sociais, bem como do fim da Guerra Fria, que atingiu mais particularmente as Relações Internacionais. A segunda seção apresenta três eixos centrais do construtivismo, coerentemente reconstruídos a partir da dupla virada nas ciências sociais. O artigo defende que o construtivismo implica primeiro uma posição de dupla hermenêutica no nível de observação e, segundo, uma teoria intersubjetiva da ação. Deve-se evitar misturar uma teoria intersubjetiva do conhecimento com uma teoria individualista da ação (para uma crítica relacionada à teoria dos regimes, ver Kratochwill e Ruggie, 1986).

Em terceiro lugar, e dado o "efeito de *looping*", a relação entre a observação e a ação propriamente dita precisa ser problematizada de maneira "reflexiva". Esta reflexividade levanta questões sobre a relação entre significado/conhecimento e poder que quase todas as abordagens construtivistas recentes, diferentemente de suas antecessoras pós-estruturalistas, tendem a negligenciar. Assim, a ênfase atribuída por um único analista (Hopf, 1998) à questão central do poder é, como argumentarei, menos uma questão de gosto que de lógica teórica. Pois, se o construtivismo social está fundamentalmente

afirmando que o presente não é determinado pela "natureza" das coisas, então analiticamente é parecido com a análise de poder, sempre relacionada com argumentos contrafactuais sobre como as coisas poderiam ter sido diferentes (Baldwin, 1985: 22). Se a atribuição de significados e o mundo social estão em interação, então o *status quo* político e a legitimidade da ação pública fundamentalmente dependem dessa interação, dessa construção.

A reflexividade é talvez o componente central do construtivismo, um componente muitas vezes menosprezado. Este artigo é, em alguma medida, uma tentativa de mostrar como o construtivismo nas RI remonta a algumas ideias anteriormente expostas por Keohane (1989 [1987]) em sua distinção entre racionalismo e reflexivismo (apesar das fragilidades de definir o segundo apenas como uma categoria residual), ou por Neufeld (1993), ou ainda, fora das RI, na teoria social de Ian Hacking (1999) ou de Pierre Bourdieu (ver em especial Bourdieu, 1990; Bourdieu e Wacquant, 1992)[5].

ORIGENS DO CONSTRUTIVISMO NAS RI: MODERNIDADE REFLEXIVA E O FIM DA GUERRA FRIA

Novos desenvolvimentos intelectuais entre uma comunidade acadêmica, tais como os do construtivismo nas RI, podem sempre serem vistos como produto de uma dupla conjuntura. De um lado, eles estão embutidos em acontecimentos históricos exteriores à comunidade acadêmica. De outro lado, eles refletem a estrutura e o conteúdo dos debates que definem a própria identidade de uma comunidade acadêmica. Desvios do foco da atenção teórica são resultados da reação e da adaptação (de pelo menos uma parte) da

[5] Afirmar que a reflexividade é particularmente importante para o construtivismo não significa que ela lhe seja específica. Ela está presente em qualquer teoria sociológica mais avançada, seja na tradição individualista (Coleman: 1990: capt. 23), seja na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann.

comunidade acadêmica às conquistas e aos modismos intelectuais, dentro e fora da disciplina, bem como à pressão dos pares e ao emprego de padrões para os profissionais da academia.

A seguir, antes da discussão sobre os princípios do construtivismo em face do pano de fundo disciplinar dentro do qual eles se desenvolveram, feita na próxima seção, eu tentarei apontar os contornos das várias linhas de acontecimentos "externos" que impactaram as origens do construtivismo. Uma advertência é necessária: não se pode determinar se essas linhas de acontecimentos realmente influenciaram todos ou alguns dos construtivistas, seja direta ou indiretamente, porque isto demandaria pesquisa empírica adicional sobre a produção do conhecimento em Relações Internacionais. Por conseguinte, minha leitura oferece não mais que uma chance de entendimento do pano de fundo histórico e intelectual do construtivismo.

Para a compreensão do construtivismo nas Relações Internacionais, dois desenvolvimentos históricos merecem ser mencionados. Primeiro, deve-se relacionar a emergência do construtivismo ao que Ulrich Beck (1986: 14, *et passim*) chama de "modernidade reflexiva". Trata-se de uma crescente tomada de consciência acerca dos limites e ambiguidades inerentes ao progresso técnico e social, remontando ao início do século XX. O segundo contexto histórico relevante está mais intrinsecamente relacionado com os debates internos das Relações Internacionais, em um prazo incomparavelmente menor – o construtivismo sem dúvida tirou proveito da *inexorabilidade da mudança vindoura* que percorreu a Europa, em particular durante a segunda *détente* e o fim da Guerra Fria.

A modernidade reflexiva

Para alguns pode parecer soar artificial invocar mudanças históricas de longo prazo ou um *Zeitgeist* predominante como panos de fundo para a compreensão de uma mudança metateórica específica em uma ciência social. Mas, a despeito das opiniões em contrário, os cientistas não são um grupo isolado. Mais que isso, há uma conexão interna entre uma tendência mais hermenêutica nas explicações científicas (de fato, uma influência da "dupla hermenêutica", analisada mais adiante) e o entendimento de que a modernidade tornou-se auto-reflexiva. Tais fatores problematizaram tanto a autopercepção dos pesquisadores, em particular, quanto das pessoas, em geral.

Sociedades, principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte, observaram o ressurgimento das ideologias e humores pessimistas durantes décadas recentes. Esta mudança de ânimo decorre de uma crítica às sociedades industriais modernas, se não à própria modernidade como tal. Em muitas análises, a modernidade é entendida como a crença de que, por meio de suas capacidades técnicas, a humanidade pode garantir um ritmo constante de progresso. Além disso, a modernidade tende a ser basicamente um projeto individualista no qual o ego racional é o único protagonista da história. Ou como certa vez propôs Raymond Aron (1969:287), a desilusão com o progresso deriva da própria fonte da modernidade, da "ambição Prometeica" exemplificada em Descartes, a ambição de que venhamos a nos tornar mestres e senhores da natureza, inclusive da natureza humana, por meio da ciência e da tecnologia.

O declínio desta fé no progresso tem origem, entre outras coisas, nos recentes desastres ecológicos, no número sempre crescente de vítimas fatais da fome, ou no risco ainda presente de um holocausto nuclear. Se a racionalidade não pode resolver esses desafios, ou pior, se a ação tecnocrática é por vezes

mesmo a causa desses desastres, logo o projeto iluminista, ou o racionalismo *tout court*, não é mais um caminho a seguir. A pós-modernidade diz respeito a essa espécie de ressaca que sucede a embriaguez do progresso. Ela se refere também à tentativa de "pensar o impensável", uma vez que é obrigada a utilizar categorias em sua maioria emprestadas do Iluminismo e, ao mesmo tempo, deve inventar novas categorias para propor um caminho "além".

Esse pessimismo civilizacional não é exatamente novo. Suas raízes podem ser encontradas na virada do século, quando Max Weber já lidava com o "desencantamento do mundo".[6] A humanidade produziu a um só tempo riquezas incomparáveis e a gaiola de ferro da burocracia. O aumento do poder individual e social não foi acompanhado por nenhum aumento das certezas morais. Pelo contrário, perderam-se tanto os mistérios do desconhecido-para-todo-o-sempre, quanto a confortável crença na suficiência do Evangelho. Deuses diferentes lutando uns contra os outros.

Mas, enquanto a maioria das críticas da modernidade nunca vislumbrou a hipótese de abandoná-la, já há nos dias de hoje quem alegue fazê-lo. Por outro lado, esta alegação tem sido combatida por muitos que, em princípio, compartilhariam a mesma avaliação acerca dos perigos atuais. Para esses, no entanto, o chamado da pós-modernidade não é a consequência empírica e moral forçosa de um projeto falido de progresso tecnológico, mas a consequência interna e lógica de um entendimento equivocado acerca da modernidade. O Iluminismo não diz respeito à Razão com "R" maiúsculo, mas ao ato de raciocinar. A razão, para que possa ser coerente consigo mesma, deve subverter sua própria lógica num movimento dialético, no qual a verdade de hoje será substituída por outra amanhã, como observaram alguns dos primeiros

[6] Pode-se argumentar que o contra-movimento conservador contrário ao Iluminismo nascente também expressava temores civilizacionais. Mas eram temores de um tipo diferente daqueles expressos por Nietzche/Weber, que certamente não professam um retorno para a unidade da fé.

membros da Escola de Frankfurt (Adorno e Horkheimer, 1969). De fato, como Jürgen Habermas (1985) apontou diversas vezes, a crítica desta razão que não permite mais criticar-se a si mesma – uma razão autoproclamada dogma – essa crítica é o projeto moderno por excelência.

Ulrich Beck investigou a razão pela qual a modernidade pôde ser confundida com um projeto já concluído. De acordo com ele, isto decorreu de uma confusão conceitual fatal entre a modernidade e a sociedade industrial. Acreditou-se no mito de que a modernidade alcançou seu apogeu com a sociedade industrial dos séculos XIX e XX, "com sua articulação esquemática de trabalho e vida, seus setores produtivos, seu pensamento em categorias de crescimento econômico, sua compreensão científica e tecnológica e suas formas democráticas" (Beck, 1986: 15)[7]. Por conseguinte, começou-se a pensar que apontar os problemas desta forma de organização social, ou propor qualquer crítica sobre este tipo de sociedade, deve equivaler a uma crítica da modernidade em si.

Ao redefinir a modernidade como um projeto aberto, ao desvincular a sociedade industrial da modernidade, Beck propõe uma visão diferente de nosso estado atual. No momento em que a modernização superou seus oponentes tradicionais, ela voltou-se contra si mesma. No mundo de hoje, a modernidade atingiu uma nova etapa. Ela tornou-se reflexiva.

O construtivismo nas RI pode ser entendido nesse contexto de modernidade reflexiva. Particularmente relevante para as Relações Internacionais foi a súbita autopercepção da sociedade internacional (europeia) de que ela é apenas um tipo particular de sociedade, a despeito de sua expansão global durante o século XIX. Ela não poderia mais pressupor ou impor suas regras como sendo universalmente compartilhadas.

[7] N. T. Para a edição em português, ver Ulrich Beck, *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade, tradução de Sebastião Nascimento, São Paulo: Ed. 34, 2010 p. 14.

Após a Primeira Guerra Mundial, a cultura diplomática tomada como dada mostrou sinais de uma crise que mais tarde foi retomada por realistas professando um entendimento mais clássico das relações internacionais, mais histórico e prático e menos cientifico e técnico. Uma preocupação central reside no recrutamento de uma elite de política externa distinta daquela que Hans Morgenthau chamou de "aristocracia internacional". A diplomacia não estava mais nas mãos dessa classe transnacional, que compartilhava uma socialização e regras de conduta semelhantes e que estava no controle do recrutamento diplomático. "Enquanto a seleção do funcionalismo governamental e a avaliação de sua responsabilidade feitas em bases democráticas destruíram a moralidade internacional como um sistema eficaz de contenção, o nacionalismo destruiu a sociedade internacional em que a moralidade havia operado" (Morgenthau, 1948: 189). Também Henry Kissinger preocupou-se com a sobrevivência da sociedade internacional europeia neste contexto de um aumento do particularismo, nacionalismo na Europa e descolonização em outras partes. "Quando as estruturas domésticas – e o conceito de legitimidade no qual elas se baseiam – diferem amplamente, as reuniões dos homens-de-Estado podem continuar ocorrendo, mas sua habilidade de convencer é inferior, porque eles já não falam a mesma língua". (Kissinger, 1969: 12). A falta de tal língua comum poderia comprometer a própria existência de uma cultura diplomática compartilhada e, assim, a possibilidade de uma diplomacia de Concerto.

De forma mais profunda, a descolonização lembrou as potências ocidentais de que as regras desta sociedade internacional não só foram feitas *por* eles, mas *para* eles (Bull, 1989 [1984]). A chegada do "Terceiro Mundo" na cena internacional tornou impossível ignorar o fato de que o sistema internacional estava sendo regido de uma forma que pouco tinha a ver com os princípios liberais, e que a estória do progresso econômico havia esquecido várias partes do mundo. Com efeito, como alguns dos autores da teoria da dependência

argumentaram, a riqueza do "Norte" podia ser sistematicamente relacionada com certas condições de atraso no "Sul". Os primeiros escritos de R.B.J. Walker (1980), um estudioso só mais tarde rotulado de pós-estruturalista, insistiam na relação entre a crise de confiança do Ocidente e suas dificuldades de falar em nome de um universo do qual ele já não era representativo.

Ao serem colocadas em frente a um espelho que mostrava um panorama um tanto desagradável de si mesmas, a filosofia e as ciências sociais ocidentais se envolveram em discussões e redefinições de sua própria identidade e, consequentemente, da identidade dos outros (para uma discussão recente sobre identidade, ver Sparti, 1996). Na teoria democrática, seus reflexos podem ser observados nas discussões sobre sociedades multiculturais (Taylor, 1992; Kymlicka, 1995). De forma mais geral, influenciaram-se os debates sobre a construção social das identidades coletivas, na forma de *comunidades imaginadas* (Anderson, 1991), e sobre a nossa construção dos outros, como no *Orientalismo* de Edward Said (1979). Nas Relações Internacionais, os pós-estruturalistas desconstruíram a prática da soberania como a solução histórica para a questão entre pluralismo e universalismo cultural (Walker, 1990, 1991, 1993; Bartelson, 1995). A importância da identidade e de sua análise tornaram-se questões centrais para a análise empírica da construção social dos outros – sejam eles rotulados pós-estruturalistas (Campbel, 1992) ou construtivistas (Neumann, 1995; Kratochwil & Lapid, 1996). A identidade também é central para a crítica sociológica de abordagens da escolha racional que pressupõem que a identidade socialmente construída é, do ponto de vista causal, anterior à definição de interesses (p. ex., Jepperson *et al.*, 1996; Ruggie, 1998).

O fim da guerra fria

Parece provavelmente menos discutível relacionar o desenvolvimento das teorias construtivistas com o pano de fundo histórico imediato do fim da Guerra Fria, não apenas porque o artigo mais citado do construtivismo refere-se explicitamente a esse contexto (Wendt, 1992). O Construtivismo se refere a um "mundo (social) feito por nós" (Onuf, 1989). E a saída política encontrada para um impasse que já durava meio século pareceu mostrar que as estruturas internacionais não eram objetivas. Se, como Hacking (1999: 6) afirma, o construtivismo social basicamente questiona a inevitabilidade do *status quo* social, então a queda inesperada do Muro deu nova legitimidade para tais afirmações, em particular porque a mudança pareceu ter sido operada por atores que se tornaram autoconscientes da situação-dilema na qual a Guerra Fria os havia aprisionado.

Vale insistir, não foi absolutamente um argumento novo o de que o sistema internacional podia ser entendido como um artefato social. Tal é a base da Escola Inglesa das Relações Internacionais.[8] Noutra linha de pensamento, essa ideia vinha sendo repetida pelos pesquisadores de Estudos da Paz em todo o mundo já há algum tempo. Mas durante a década de 1980, diferentes versões das abordagens deterministas e materialistas para a compreensão dos assuntos internacionais ganharam terreno. Após a invasão no Afeganistão e a crise dos euromísseis, as relações Leste-Oeste pareciam sombrias novamente, para conforto daqueles que haviam avisado desde o começo – a *détente* era uma forma de entregar os interesses nacionais (categoria esta que pode assumir

[8] Portanto, alguns construtivistas voltam-se para os representantes da Escola Inglesa em busca de inspiração, e até mesmo tentam ler uma agenda construtivista nos seus trabalhos. Contudo, esse último passo é mais problemático em razão do empirismo da Escola Inglesa. Para tal leitura, ver Timothy Dunne (1995).

praticamente qualquer conteúdo) que, de outra forma, seriam mais bem servidos por meio do rearmamento. Para eles, não havia saída para o dilema de segurança. Na ausência de um árbitro capaz de impor suas decisões, os atores estatais têm que enfrentar o dilema entre duas opções igualmente custosas: não se armar e correr o risco de ser derrotado (insegurança); armar-se e correr o risco de promover uma escalada armamentista (insegurança). A Segunda Guerra Fria da década de 1980 fez pender a balança em favor da segunda opção.

Com o fim da Guerra Fria, o continente Europeu moveu-se para além do dilema de segurança, pelo menos por enquanto. Desarmar-se promove a reversão da escalada militar. O *"New Thinking"* de Gorbachev mostrou que embora os Estados possam em certas ocasiões deparar-se com o dilema de segurança, isto não era uma lei geral. Tampouco uma dada relação bilateral estava condenada a permanecer nesse dilema. Essa possibilidade de mudança é uma premissa básica para a compreensão construtivista do sistema internacional.

Todavia, há dois equívocos básicos sobre a relação entre o entendimento da mudança na política mundial e o construtivismo nas Relações Internacionais. O primeiro equívoco reduz o desafio construtivista a uma mera crítica de que as teorias internacionais haviam sido incapazes de prever as dramáticas mudanças do fim da Guerra Fria (Wohlforth, 1994/1995). Que seja difícil prever a ocorrência de um único evento é algo compreensível. O que estimulou a crítica construtivista foi, em vez disso, o fato de que as teorias predominantes nem sequer reconheceram a possibilidade de que tal evento pudesse ocorrer (para esta crítica, ver Patomäki, 1992; Kratochwil, 1993; Koslowski e Kratochwil, 1994). O que o fim da Guerra Fria mostrou, segundo os construtivistas, foi que o mundo das relações internacionais não é fixo como o mundo natural, não é um mundo que existe independentemente da ação e da cognição humana (incluídos aqui os fenômenos sociais da linguagem e da comunicação). O sistema internacional, geralmente descrito como anárquico em

razão da falta de um governo central, é ainda um sistema cujas regras são feitas e reproduzidas através de práticas humanas. Somente tais regras intersubjetivas, e não um conjunto de verdades imutáveis deduzidas da natureza humana ou da anarquia internacional, é que dão sentido às práticas internacionais.

O segundo equívoco consiste em afirmar que o construtivismo é uma forma de puro voluntarismo. Isso implicaria que se pudesse construir qualquer mundo social, simplesmente porque se deseja. Entretanto, como a argumentação acima indicou, o comportamento dos atores é orientado por regras e normas, e estas são intersubjetivas e não individuais. A mudança deve ser conceitualmente atribuída ao nível normativo, p. ex. a crise de legitimidade na URSS, e não a um voluntarismo, p. ex. o ponto de vista de Gorbachev ou do chanceler Shevardnadze, embora seja certo que a vontade individual pode desempenhar algum papel, tal como efetivamente fez neste caso.

PRINCÍPIOS DO CONSTRUTIVISMO NAS RI

Se nem a referência à reflexividade da modernidade, nem a tomada de consciência sobre a natureza social do sistema internacional eram novos, qual o motivo de todo este falatório em torno do construtivismo? As razões podem ser encontradas nos debates internos à disciplina. Ao passo que as escolas anteriores ao construtivismo, semelhantes a ele em conteúdo, haviam lutado batalhas no nível da análise política, desta vez a luta fora arrastada para o campo metateórico. O construtivismo combina muitos chapéus velhos com uma disposição nova de desafiar o projeto científico do *mainstream* das Relações Internacionais, particularmente a versão que se tornou dominante nos anos 1980. Esta avaliação parece, em primeira mão, contradizer as declarações dos seus representantes mais conhecidos nos EUA (Jepperson et al., 1996; Ruggie, 1998). Contudo, o desacordo é apenas aparente, uma vez que tais estudiosos tenderam a evitar o

problema. O artigo de resenha de Jeffrey Checkel (1998) é sintomático de tal postura. Neste texto, o significado de "ciência", segundo o *mainstream*, é definido de forma tão ampla que as questões realmente significativas acabam não sendo confrontadas. Checkel entende "ciência" como um compromisso com a pesquisa empírica (em oposição à filosofia pura) e um compromisso com a crítica científica (em oposição ao relativismo), dois compromissos facilmente compartilhados pela maioria dos autores mais positivistas. Precisamos, pois, saber primeiro de que tipo de análise empírica e de que tipo de crítica científica se está falando. Estas são questões típicas da via média, não apenas dos construtivistas.

A seguir, gostaria de discutir três princípios centrais do construtivismo que, se tomados em conjunto, afastam-se da teorização tradicional, levando a sério a virada interpretivista e sociológica nas ciências sociais. Dado o caráter duplamente interpretado do mundo social, esses princípios referem-se ao nível da observação, ao nível da ação e ao relacionamento entre ambos os níveis. Há, no nível da observação, em primeiro lugar, o centro mesmo do *construtivismo epistemológico*, desenvolvido a partir da crítica ao empirismo e ao positivismo. Em segundo lugar, e intimamente relacionado com o primeiro, há o princípio da intersubjetividade metodológica, ou o que se poderia chamar de *construtivismo sociológico*, desenvolvido a partir da crítica às abordagens da escolha racional. E por fim, mas não menos central, há o *conceito e a análise do poder* no construtivismo, que funciona como elo reflexivo entre a observação e a ação. Se o presente *status quo* não era inevitável nem dado pela natureza, a própria visão de mundo do *mainstream* nas RI, sua definição de política e, consequentemente, a "arte do possível" ao lidar com ela, são desafiados. A "arte do possível" é um tema central do conceito de poder. O construtivismo é parte de uma definição mais ampla da agenda política internacional. Metateorias importam, sim, tanto empírica quanto politicamente.

Os níveis de observação: construtivismo epistemológico e dupla hermenêutica.

Construtivismo epistemológico

Estudiosos que tão laboriosamente abriram novas fronteiras nas relações internacionais nos anos 1970 tiveram que assistir a como o sucesso da *Teoria das Relações Internacionais* de Kenneth Waltz voltou a trancar as possibilidades da disciplina. Tratava-se de uma teoria de equilíbrio de poder clássica. Seu sucesso deveu-se ao fato de que ela dizia verdades há muito repetidas de uma maneira cientificamente aceitável.[9] O livro de Waltz não só ressuscitou uma definição muito estreita do internacional e uma concepção muito materialista da política, mas forneceu também uma definição científica muito ansiada sobre como conduzir a teoria e a pesquisa (para uma crítica mais detalhada, ver Guzzini, 1998, capítulo 9).

A crítica visa, pois, os fundamentos metateóricos do novo dogma disciplinar de Waltz. De fato, pode-se dizer que as críticas a Waltz usaram o debate em torno de seu livro para forçar uma incursão de discussões metateóricas nas RI. Já que os critérios acadêmicos defendidos por Waltz foram tomados da metodologia da Economia, a crítica a ele concentrou-se nas potenciais deficiências dessa metodologia, quais sejam, seu positivismo e seu empirismo (sobre seu individualismo, ver a próxima seção). O empirismo e o positivismo eram entendidos da seguinte maneira. Por empirismo, entendia-se que os estudiosos poderiam ter acesso direto aos dados empíricos, ou em linguagem mais simples, que 'os dados falam por si só'. Por positivismo entendia-se a posição metateórica que, pelo menos em princípio, professa o monismo

[9] Waltz realmente não é muito inovador nessa obra. Morton Kaplan já havia utilizado a teoria da balança de poder de uma maneira cientificamente aceitável, mesclando, assim como Waltz, a teoria dos sistemas (ou uma abordagem holística) e a teoria dos jogos (uma abordagem individualista). Ver Kaplan (1957; 1969 [1966]).

metodológico, isto é, a ideia que a ciência social e a ciência natural são do mesmo tipo, uma posição que inclui um modelo onde hipóteses explicativas são deduzidas de leis probabilísticas gerais e são testadas empiricamente.

Curiosamente, a despeito de toda a polêmica gerada em torno dessa questão, Waltz sempre rejeitou um empirismo leviano, como todos os verdadeiros positivistas. Ele endossou a noção que o conhecimento não é baseado na mera extrapolação de fatos empíricos, mas em conceitos teóricos que permitem discernir com segurança os fatos cientificamente válidos. Como diria Immanuel Kant, um filósofo muito prezado por Waltz, categorias são condições para a possibilidade de conhecer. A tarefa de uma teoria é a construção de dados *significativos*, que produzam resultados para nossa compreensão do mundo prático e nossa atuação nele. Por que então essa recorrente referência ao empirismo?

O trato empirista de Waltz decorre de sua postura sobre o teste das hipóteses. Esse autor abraçou a proposta de Milton Friedman (1953), em sua defesa pragmática do teste das hipóteses científicas. Ora, as suposições empregadas podiam muito bem não ter nada a ver com a realidade; o que realmente importava era que as conclusões e as explicações decorrentes estivessem ajustadas ao mundo empírico (fragilizando sua própria situação, Waltz explicou em pormenores as razões pelas quais mesmo isso acabava por ser difícil para sua teoria). E aí uma posição empirista furtivamente se instala: embora não se tenha acesso direto ao mundo exterior, e embora nossas teorias sejam apenas modelos heurísticos que não reivindicam a capacidade de retratar a realidade "como ela é", o procedimento de testagem de hipóteses pode ser feito no terreno neutro da realidade empírica. Quando se trata de construção da teoria, os dados são dependentes da teoria, mas quando se trata da verificação da teoria, os dados são fatos. (A crítica interpretivista desse dilema remonta à clássica crítica de Kuhn sobre as ideias de Popper).

Contudo, tendo se oposto (a esta versão) do falsificacionismo nas ciências sociais, o construtivismo não cai nas armadilhas do relativismo e do idealismo? Essa questão pode ser avaliada de forma proveitosa, relacionando-a com um dos principais defensores do construtivismo epistemológico, o também muito estudado nas Relações Internacionais, Thomas Kuhn. Kuhn (1970[1962]) criticou a visão positivista da ciência por meio de uma análise empírica que demonstrou serem a maioria dos avanços científicos nas ciências naturais não o resultado da acumulação e do debate racional, no qual a teoria empiricamente mais adequada vencia, mas sim por meio da incidência do que ele chamou de transições de paradigma (ver em mais detalhes Guzzini, 1998:3-5, 119-20). Novos paradigmas ou visões de mundo costumam ser aceitos antes mesmo de oferecerem explicações superiores à das escolas de pensamento anteriormente preponderantes, para recordar a definição de Lakatos (1970: 116) sobre o progresso científico. Mesmo sem necessariamente alcançar toda a força explanatória do paradigma antigo, os novos paradigmas foram aceitos por oferecerem potenciais soluções para anomalias graves do padrão teórico estabelecido.

Com efeito, para Kuhn parecia inapropriado dizer que a mudança para uma visão de mundo heliocêntrica, por exemplo, simplesmente permitia explicar uma quantidade maior de fenômenos do mesmo tipo. Pelo contrário, os fenômenos mudam de significado a cada nova escola de pensamento. "Quando Aristóteles e Galileu olharam para as pedras oscilantes, o primeiro viu uma queda constrangida, o segundo um pêndulo"[10] (Kuhn, 1970 [1962]: 121). Kuhn se referiu a essa variação como orientada por uma "mudança na forma (*gestalt*)"[11]. Nesse caso, duas grandes escolas de pensamento estavam fundadas em pressupostos

[10] N. T. Ver edição em português, T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 159.

[11] N. T. Kuhn, 2006, p. 116.

ontológicos tão diferentes entre si que chegavam a ser incomensuráveis, isto é, não se podia encontrar nenhum indicador neutro para confrontá-las. Alguns importantes avanços teóricos podem implicar a mudança de uma visão de mundo para outra, de um paradigma para outro.

A compreensão de Kuhn sobre a produção do conhecimento requer, portanto, uma análise do âmbito social em que ela ocorre. De acordo com Kuhn, os paradigmas cumprem duas funções centrais (ver também Gutting, 1980: 1-2). A primeira é a já mencionada função epistemológica de fornecer um conjunto coerente de pressupostos, um mundo de significados que define quais são as questões legítimas de pesquisa e quais são os desafios acadêmicos significativos. Já que são os paradigmas que fornecem as ferramentas básicas de pesquisa e compreensão do mundo e do que vem a ser ciência, isso implica que não cabe à ciência pretender corrigir o paradigma (Kuhn, 1970 [1962]: 122). Paradigmas emergem como unidades fechadas e apenas assim podem ser substituídos. Ademais, isso já conduz à segunda função dos paradigmas: eles definem o subsistema social de disciplinas e o que conta como pesquisa legítima, definem os valores compartilhados e as fronteiras de uma comunidade científica. Com efeito, como escreveu Kuhn (1970[1962]: 80), "em primeira instância, um paradigma rege não uma área-tema, mas um grupo de praticantes. Qualquer pesquisa orientada para um paradigma ou com o objetivo de superar um paradigma deve começar pela localização do grupo ou grupos responsáveis".

Tal concepção tem sido criticada, a meu ver de forma equivocada, por ser relativista, reduzindo a ciência a uma 'psicologia de multidões' (Lakatos, 1970:178). Se, levando a discussão adiante, os paradigmas e suas teorias holísticas dos significados são incomensuráveis, nenhuma deliberação racional é possível e, portanto, 'qualquer coisa serve'.

Obviamente Kuhn nega que exista uma linguagem neutra que permita comparar as observações empíricas produzidas em diferentes paradigmas (Kuhn,

1970: 265). Mas somente a partir de uma compreensão naturalista de ciência essa afirmação conduz à conclusão de impossibilidade de comunicação ou debate, ou qualquer forma de réplica fundamentada (Bernstein, 1983). O próprio Kuhn compara comunidades científicas a comunidades linguísticas e debates paradigmáticos a traduções (hermenêuticas) entre linguagens. Traduções estão abertas ao julgamento informado da comunidade de observadores da ciência (Kuhn, 1970). Pode-se aceitar que haja mais de uma tradução correta, dependendo do propósito e do contexto histórico da tradução. Mas, certamente, algumas traduções serão consideradas de pior qualidade ou não encontrarão o consentimento do observador. Elas podem ser ininteligíveis para o público-alvo. Assim, Kuhn e o construtivismo epistemológico, apesar de sua resistência contra a concepção naturalista da ciência, não são relativistas, mas sim convencionalistas (embora a ênfase entre os dois extremos possa ser diferente em outras abordagens construtivistas; ver Merlingen, 1999).

Ainda assim, isso não implica uma pobreza ontológica, uma miragem idealista? O que o mundo real significa para o construtivista? Essa crítica não vem do lado empirista, mas do realismo crítico, para quem colocar a epistemologia à frente da carroça metateórica resulta em uma ontologia superficial e em grande medida implícita. (Patomäki, 1996, Patomäki e Wight, 1999). Em certo sentido, isso reflete a crítica feita aos construtivistas que, como Wendt, levam preocupações ontológicas em alta conta, mas pecam por serem superficiais na compreensão da linguagem e da intersubjetividade, prezada por construtivistas mais focados nas questões epistemológicas. (Zehfuβ, 1998).

O construtivismo não nega a existência de um mundo fenomênico, externo ao pensamento. Esse é o mundo dos fatos brutos (principalmente da natureza). Algo contraditório e diferente é que tais fenômenos possam se constituir como objetos de conhecimento independentemente de alguma prática discursiva. Tal fato não desafia a possível existência de fenômenos (em especial

naturais) independentes do pensamento, mas desafia a possibilidade de serem observados sem recurso à linguagem. O que conta como objeto ou evento socialmente significativo é sempre o resultado de uma construção interpretivista do mundo exterior. "Construímos mundos que conhecemos em um mundo que não conhecemos" (Onuf, 1989: 38). Essa construção não é, contudo, uma espécie de vontade idiossincrática de conhecimento. Nossas interpretações são baseadas em um sistema compartilhado de códigos e símbolos, de linguagens, mundos da vida e práticas sociais. O conhecimento da realidade é socialmente construído.

Ao mesmo tempo, o construtivismo, sendo parte da tradição hermenêutica, distingue entre o mundo natural e o social. Ontologicamente falando, é uma teoria sobre a construção da realidade social. Além dos fatos brutos, alguns fatos existem apenas porque lhes atribuímos certa função ou significado. Searle (1995) enfatiza o exemplo do dinheiro, que, para além de ser um pedaço de metal ou de papel, torna-se "dinheiro" apenas através de uma atribuição feita por atores. Em outras palavras, se todos deixassem de acreditar que esse pedaço de papel é dinheiro, então ele deixaria de ser (embora continuasse sendo um pedaço de papel). Searle chama esses fatos de "institucionais". Sua própria existência, e não apenas sua observação, depende de um conjunto de significados intersubjetivamente compartilhados.

Agora, uma razão por que os construtivistas nas Relações Internacionais, com a exceção talvez de Wendt, tendam a ser menos preocupados com questões ontológicas, é que todos estão preocupados com fatos institucionais, não fatos brutos. Nessa medida, o construtivismo afirma ser agnóstico sobre a possibilidade de um mundo real independente da linguagem, ou simplesmente desinteressado em relação a ele. Ele é frequentemente irrelevante para o estudo da sociedade (o argumento ficará um pouco mais complicado adiante na seção sobre intersubjetividade).

Em suma, o construtivismo adverte, contra o empirismo, que a observação não é um registro passivo ou uma percepção subjetiva pura, mas que os objetos do conhecimento são construídos. Contra o idealismo epistemológico, o construtivismo argumenta que os princípios da construção do conhecimento não estão exclusivamente relacionados ao mundo dos discursos, mas constituem-se socialmente através de práticas (Bourdieu, 1980: 87) Finalmente, contra o positivismo, o construtivismo afirma que há uma diferença qualitativa entre fatos institucionais e fatos brutos ou naturais, e são os do primeiro tipo, com sua essência fundamentalmente social, que comandam o interesse do cientista social. Em poucas palavras, o construtivismo, como entendido aqui, trata epistemologicamente sobre a construção social do conhecimento e ontologicamente sobre a construção social da realidade. É sobre o último que nos debruçamos agora.

Dupla Hermenêutica.

A discussão sobre a epistemologia construtivista, no tópico anterior, demonstrou a ligação intrínseca entre os níveis de análise epistemológico e sociológico no construtivismo. Como lembrou Barry Barnes (1982), não se deve buscar observar como as ciências sociais se encaixam no esquema de Kuhn, mas sim o que a abordagem de Kuhn tem a dizer sobre as ciências sociais. O construtivismo faz exatamente isso. Como veremos nesta seção, discute-se que toda teoria da ação deve ser acompanhada de uma teoria do conhecimento.

Básicos para a compreensão interpretivista ou hermenêutica da ciência é o fato de que a ação humana que conta como significativa no mundo social não pode ser apreendida sem interpretação, isto é, sem compreensão do significado que lhe é dado (Weber, 1998 [1922]). Quando cientistas sociais interpretivistas analisam um sinal vermelho no semáforo, eles não estão

interessados no circuito elétrico e na tecnologia que finalmente produz algo que reconhecemos como uma luz de uma certa cor (o mundo natural). Eles concentram-se no significado da luz colorida para o ator, bem como seu papel e sua função na sociedade. Em outras palavras, o significado relevante não se limita ao do ator em si, mas deve incluir as significações atribuídas por outros atores e até por simples observadores (Sparti, 1992: 102-3). O significado não é algo idiossincrático, possível de ser estudado através da empatia. Além disso, quando os cientistas sociais analisam o sinal vermelho, eles tendem a resistir à sua compreensão behaviourista-comportamental. Nessa linha de entendimento, a ação é vista como parte de uma cadeia de estímulos e reações, como nos experimentos com ratos de Skinner, de modo que os processos de tomada de decisão são caixas-pretas[12].

Imagine a seguinte situação caricatural. Um semáforo fica vermelho e um carro para enquanto uma pessoa atravessa a rua. Se alguém observa tal cena na Itália ou na Alemanha, em termos comportamentais a explicação é sempre a mesma. Mas, como as brigas de trânsito registradas em ambos os países demonstram, ações aparentemente iguais podem ser profundamente diferentes. Na Alemanha, ambas as pessoas estavam seguindo certas regras, nesse caso o código de trânsito. Na Itália, o sinal vermelho não é necessariamente um indicador forte da futura intenção do motorista. A pessoa atravessando a rua - um turista alemão - não olhou para os dois lados apenas porque o semáforo para pedestres ficou verde. Sem fazer contato visual, que é a convenção italiana para conferir a disposição do motorista, este acabou tendo que frear para evitar um acidente (um exemplo que poderia ser estendido para certas estratégias

[12] N.T. No original em inglês, após afirmar que "os processos de tomada de decisão são caixas-pretas", o autor acrescenta que são "through-puts", expressão comumente utilizada para se referir à taxa de transferência de dados através de um *modem*. Guzzini utiliza essa imagem para se referir a algo que não é nem "input" (insumo), nem "output" (resultado), mas tão somente uma estrutura intermediária sem importância, algo através da qual (*through*) a política de poder transcorre, sem se deixar afetar.

arriscadas de negociação diplomática). Cientistas interpretivistas argumentariam que as ações aparentemente iguais tiveram significados muito diferentes e que tal diferença tem uma relevância crucial para as ciências sociais. Sem mapear o real significado de uma ação social, essa diferença cientificamente significativa seria negligenciada.

Abordagens interpretivistas orientadas para a observação das regras sociais, por sua vez, estariam interessadas no contexto social no qual o tráfego veio a ser regulado e tentaria entender por que a convenção do sinal vermelho foi adotada, ou de onde surgiu. A análise estaria focada no contexto social e cultural no qual tal regra ou tal convenção sugere este ou aquele comportamento dos atores individuais. Um ator vindo de outra sociedade onde tal convenção não existe enfrentaria uma total incapacidade de compreender o significado do sinal vermelho. Assim, exibir o comportamento correto pressupõe a aquisição de certos conhecimentos de fundo (*background knowledge*). Até mesmo pessoas que não sabem o que significa o sinal vermelho podem deduzir seu sentido a partir do seu mundo de entendimentos, seu *background*. Esse tipo de interpretação é crucial para compreender as ações, quer elas se encaixem no contexto ou não.

Em ambos os casos, a capacidade do ator de agregar o significado "correto" a um acontecimento social depende de sua habilidade de compartilhar um sistema de significados com aquela respectiva sociedade. Por isso, a "interpretação" aqui referida, não implica necessariamente um ato consciente ou intencional de entendimento, mas o compartilhamento do que Searle (1995: 127 – 47) chama de habilidades de *background* ou o que Bourdieu chama de *habitus* (conceito explorado em mais detalhes adiante).

Chega-se assim a um caráter duplamente hermenêutico da análise. Tomem-se os dois níveis de ação envolvidos na produção de explicações científicas: o nível da ação propriamente dita e o nível da observação. Nos dois

casos, emprega-se interpretação, no primeiro fazendo sentido com o mundo da vida do sujeito, e no segundo fazendo sentido com a linguagem compartilhada pela comunidade de observadores. Interpreta-se um mundo social já interpretado (Schutz, 1962 [1953]). Além disso, o conceito de Giddens (1984: 249-50) de *dupla hermenêutica* problematiza exatamente a relação entre interpretações próprias e interpretações de segunda ordem. Os observadores não são os únicos que podem recorrer a interpretações de primeira mão, e essas, por sua vez, podem produzir efeitos de retorno (*feedback*) em relação à anterior (ver também Jaeger: 325).

Essa dupla interpretação diferencia as ciências sociais das ciências naturais, bem como, entre as ciências sociais, distingue abordagens interpretivistas de abordagens naturalistas, tais como a economia neoclássica. Interpretivistas não podem, portanto, incondicionalmente reduzir o nível da ação propriamente dita ao nível da observação, como se faz na abordagem naturalista em ciências sociais.

O nível de ação: construtivismo social, unidades de análise intersubjetivas e a Teoria do Campo de Bourdieu

Novamente referindo-se à afirmação de Barnes de que se deve refletir sobre o significado da abordagem de Kuhn para as ciências sociais, construtivistas têm de levar a sério o fato de que como a ciência é apenas mais um modo da ação humana, então teorias do conhecimento e teorias da ação devem ser entendidas em conjunto. "Conceitos básicos da ação social e a metodologia para a compreensão da ação social estão intrinsecamente conectados" (Habermas, 1985 [1981]: 152). Em consequência, os construtivistas devem tomar como premissa que tanto o conhecimento científico quanto o senso comum são produzidos socialmente. Além disso, na medida em que o mundo social é feito de fatos institucionais, os construtivistas devem ser capazes de analisar tais fatos

sem reduzí-los a uma percepção individual. Para tanto, é preciso combinar uma teoria social do conhecimento com uma teoria intersubjetiva da ação, em vez de uma teoria individualista da ação.

Intersubjetivismo versus individualismo.

Para esclarecer o que se quer dizer com intersubjetividade convém apresentar uma teoria individualista da ação, tal como a teoria da escolha racional. A escolha racional, de forma semelhante ao construtivismo aqui definido, não é uma teoria propriamente dita, mas uma moldura metateórica de análise. A escolha racional demanda uma teoria individualista da ação, ao propor dois principais pressupostos sobre o comportamento humano: primeiro, os seres humanos pautam suas condutas segundo a possibilidade de maximizar a utilidade de suas ações, em função dos próprios interesses; e, segundo, os seres humanos são capazes de escolher racionalmente com base em uma lista ordenada (ainda que transitória) de preferências. Se A é preferível a B e B a C, logo A deve ser preferível a C.

Desta descrição simples do auto-interesse e da racionalidade, decorre uma teoria da ação objetiva e parcimoniosa. Conhecendo-se os *desejos* dos indivíduos (suas preferências), assim como suas *crenças* sobre como realizá-los, pode-se deduzir seu *comportamento* racional. De fato, nas palavras de Keith Dowding,

> Os três [desejos, crenças e comportamentos] andam juntos em um triângulo explicativo, e conhecendo-se quaisquer dois elementos dessa tríade, o terceiro pode ser previsto e explicado [...] Trata-se de uma teoria behaviorista da ação, uma vez que o estudo do comportamento dos indivíduos permite compreender suas crenças (tomando como dados os seus desejos) ou os seus desejos (tomando como dadas as suas crenças). Ambos podem ser compreendidos por meio de suposições sobre diferentes aspectos dos elementos opostos/complementares. (Dowding, 1991: 23)

É, portanto, a situação, ou o conjunto de incentivos, que sugere o comportamento do indivíduo e, a despeito das duas premissas comportamentais, tem o maior peso na explicação. Embora a escolha racional não demande necessariamente uma teoria behaviorista da ação, essa tem se tornado a tendência predominante nas Relações Internacionais (p. ex. em Waltz)[13].

Há dois problemas com esse tipo de análise individualista, quais sejam, a própria suposição de maximização egoísta de valores pelo ator, e uma má compreensão sobre a natureza das normas e das regras. Em primeiro lugar, se é tomada em termos puramente egoístas, a suposição de maximização de utilidades parece errônea; caso contrário, [se pretender abarcar a possibilidade da ação altruísta], torna-se inútil do ponto de vista de estudos positivistas. Uma acusação antiga ao realismo nas Relações Internacionais tem sido a de que tal suposição de comportamento egoísta foi desmentida muitas vezes na política mundial. A resposta realista clássica consistia em afirmar que, na ausência de um árbitro, comportamentos não-egoístas na política mundial seriam possíveis, mas não seria prudente tomar decisões com base nessa possibilidade, e que, em casos extremos, o egoísmo, compreendido em termos materiais prevaleceria. A mesma lógica presente na atitude de estar sempre pronto para o pior, preparando-se para o caso de as pessoas se comportarem estritamente de acordo com desejos egoístas materialistas.

A acusação de que o egoísmo é uma suposição errônea também foi erguida contra as teorias da escolha racional. Em resposta, os defensores da escolha racional em Relações Internacionais insistem que a fórmula da "maximização de valor" não exclui de forma alguma as preferências altruístas (Keohane, 1984: 74). Embora, em termos estritos, tal afirmação não seja incorreta, ela retira das teorias da escolha racional o seu poder de previsão e talvez até mais.

[13] Agradeço ao parecerista anônimo que me alertou para a possibilidade de abordagens não-behaviouristas na tradição da escolha racional.

Ora, se o comportamento pode tanto ser consequência do egoísmo quanto do altruísmo, de uma coisa e de seu oposto, então a ação humana é indeterminada (Schmalz-Bruns, 1995: 354). Com efeito, teorias inspiradas na escolha racional correm o risco de se tornarem meramente classificatórias, sistemas de conceitos que simplesmente reformulam qualquer comportamento em termos de ação racional. Assim, tal como ocorre com o realismo waltziano, o maior problema das abordagens inspiradas na escolha racional não seria estarem erradas, mas o fato de elas nunca poderem estar erradas.

O segundo problema com esse individualismo é que ele é incapaz de lidar corretamente com normas e regras. Se as teorias dos regimes estiverem baseadas em um modelo econômico de explicação [como os da escolha racional], então os níveis ontológico e metodológico entram em contradição um com o outro. Isso porque, do ponto de vista ontológico, regras e ideias são realidades intersubjetivas, e não individuais como sugeriria uma abordagem inspirada no método econômico (ver a clássica critica de Kratochwil e Ruggie, 1986). Por conseguinte, o nível da estrutura ficaria reduzido a um conjunto de limitações naturalizadas ou objetivadas, nada mais que camadas institucionalmente sedimentadas resultantes de ações estratégicas e ações coletivas prévias.

Tal abordagem é, pois, incapaz de conceber um *status* independente do nível da estrutura em termos intersubjetivistas.[14] A intersubjetividade pode ser mais bem compreendida por meio de uma analogia com a linguagem. Uma língua não pode ser reduzida ao mero suporte material para a comunicação (tais como a voz ou a escrita). Ela simplesmente não existe para além de seu uso. Suas regras não podem ser reduzidas a uma questão de escolhas individuais, ou seja, a língua não pode ser reduzida aos significados que os indivíduos lhe atribuem.

[14] Alexander Wendt apontou que o 'conhecimento comum', tal como presente nas teorias da escolha racional, tem o potencial de agregar algumas, se não todas, das mencionadas demandas por intersubjetividade (ver também Wendt, 1999: capt. 4), embora sob tal marco teórico tais demandas são tomadas como fenômenos puramente interacionistas.

Parafraseando Wittgenstein, não há linguagem privada. Portanto, línguas não se reduzem nem ao materialismo objetivo, nem ao individualismo subjetivo. Elas são intersubjetivas. Elas existem nos significados compartilhados por seus usuários e se reproduzem através de suas práticas. Tais práticas, por sua vez, são padronizadas por regras incorporadas na linguagem. A fim de evitar o reducionismo individualista, a mudança estrutural não pode ser concebida como simples agregados de ações individuais, mas deve ser concebida como a reprodução aberta de práticas intersubjetivas seguindo suas próprias regras.

Um exemplo de teoria social sensível à dupla virada e à intersubjetividade: A teoria dos campos de Bourdieu.

Este é o ponto crucial no qual o construtivismo deve insistir numa analogia lógica: se o significado é socialmente construído tanto no nível da ação, quanto no nível da observação, então requer um aparato conceitual capaz de lidar com um nível de análise não-mecanicista, interpretativista-intersubjetivo. Alguns escritores têm utilizado a teoria da estruturação de Giddens (Wendt, 1987; Jaeger, 1996), outros têm utilizado a teoria da ação comunicativa, mais densa sob o aspecto social (Müller, 1994; Risse-Kappen, 1995; Risse, 1998). A seguir, vou ilustrar meu argumento com referência a Bourdieu (ver também Schlichte, 1998) devido à riqueza de estudos empíricos na sociologia que têm sido influenciados por ele (para estudos de Economia Política Internacional inspirados em Bourdieu, ver Leander, 2000).

Bourdieu tenta evitar explicitamente os diferentes reducionismos inerentes às abordagens da escolha racional e às abordagens funcionalistas, oferecendo uma teoria em torno do conceito de *campo*, isto é, um subsistema social. Um campo representa tanto um conjunto padronizado de práticas que sugerem ações competentes segundo certas regras e papéis, quanto o campo de jogo (ou batalha) no qual agentes dotados de certo capital, relevante ou

irrelevante em função do campo, tentam avançar suas posições. Esse subsistema social não é definido por sua funcionalidade em relação ao sistema todo, mas baseia-se intrinsicamente em um sistema de significados compartilhados produzidos historicamente, significados esses que definem o que vem a ser a agência e que tornam a ação inteligível. Sendo históricos, os campos são abertos e mutáveis no tempo. Este conceito, juntamente com o conceito de *habitus* (mais adiante) provê o núcleo intersubjetivo da teoria.

O ponto de partida é a relação entre estrutura e campo (*champ*). Em Bourdieu, a *estrutura* é concebida como produto da história coletiva. No sentido mais amplo, estruturas são fenômenos sociais, não naturais, embora elas certamente possuam um caráter material e, sendo essa a questão sociologicamente mais importante, são frequentemente tomadas como autoevidentes. De interesse para o estudo dos sistemas sociais (domésticos), a estrutura é um conceito ligado ao sistema de "diferença social" ou estratificação, em outras palavras, ao contexto que dá origem ao estabelecimento de grupos de *status*, para o estabelecimento do poder (social).

A teoria da estratificação de Bourdieu é baseada em sua teoria do capital. Ele faz distinção entre os capitais econômico, social e cultural (sendo o capital simbólico uma quarta noção, um pouco diferente). Agentes são dotados com diferentes quantidades desses capitais. Por outro lado, esse capital tem uma eficácia variável conforme o contexto no qual ele é empregado. Deter um grande capital econômico pode não ser muito útil para alguém situado como artista, embora isso certamente influencie a maneira como o campo artístico é estruturado. Com efeito, até certo ponto, a própria identidade desses subsistemas está intimamente ligada à mistura particular dos capitais relevantes. Bourdieu, quando se refere a esses subsistemas sociais diferenciados, denomina-os de *campos*. Trata-se de um argumento mais amplo, porém, semelhante à insistência de Baldwin (1989 [1979]: 134) em afirmar que instrumentos de poder são

específicos de uma área temática, ou, em linguagem mais técnica, o poder não é necessariamente fungível entre uma situação política e outra (geralmente não se pode forçar desvalorizações de moeda utilizando uma arma nuclear).

Dentro da estrutura social total, dependendo do seu nível de diferenciação, existem diferentes campos em uma sociedade. Campos, como o artístico e o acadêmico, são os contextos específicos dentro dos quais ocorrem as *práticas*. Os campos correspondem a uma rede de posições, um conjunto de interações com um sistema compartilhado de significados. Eles conferem significado à agência. Eles são os tabuleiros onde os agentes percebem as estratégias individuais, desempenhando seus papéis de acordo com as regras de determinado jogo (definido pela combinação particularmente valiosa de diferentes tipos de capital que represente o máximo de poder dentro do campo), assim, reproduzindo abertamente tais regras.

As práticas dos agentes nesses campos são inspiradas por crenças comuns (*taken for granted beliefs*), conhecidas na filosofia como *doxa*, as quais Bourdieu também chama de pressupostos do campo. A *doxa* é a correspondência quase perfeita entre uma ordem socialmente construída, porém objetivada (estrutura e campos), e os princípios subjetivos de suas organizações, compartilhados por seus agentes. É nesse compartilhamento espontâneo do senso comum que o mundo natural, assim como o mundo social, aparece como autoevidente (Bourdieu, 1977: 164).

Tal análise depende profundamente do estudo dos conjuntos de *disposições* específicos a cada campo, chamados de *habitus*. Bourdieu define o *habitus* como um produto da história que por si só (através de certas práticas) produz história. Ele garante a presença ativa de experiências passadas, ao fornecer esquemas de percepção, pensamento e ação que tendem a reproduzir práticas em conformidade com o campo ao longo do tempo (Bourdieu, 1980:91). O *habitus* funciona como uma materialização da memória coletiva. Comparável

com o "paradigma" de Kuhn, trata-se de uma disposição para agir, perceber e pensar de um modo particular.

A lógica do campo também implica que as disposições não são percebidas como o resultado de uma história particular; elas são, como diz Bourdieu, o 'esquecimento da história que a própria história produz', ou em outras palavras, a memória coletiva que aparece como o modo "natural" de fazer, perceber e pensar as coisas. As disposições conduzem à perfeita reprodução das suposições exatas que definem a autonomia do campo. Esse é o *sens pratique* de Bourdieu, que quer dizer tanto significado/sentido (da ação e das práticas), quanto movimento/direção (da reprodução aberta dos campos). É importante notar que essa ''reprodução'' não é fechada ou mecanicista[15].

Essa conceituação é uma tradução sociológica dos processos de socialização que acontecem não no nível individual, através da competição e do aprendizado estratégico, mas em um nível social onde a identidade do agente está relacionada a grupos. É uma versão revisada da abordagem weberiana do grupo de status. A cooperação ou a simples ação não são necessariamente, pois, o resultado de escolhas. Práticas são (também) o resultado das orientações deixadas pelo *habitus* e pela estrutura do campo, como um sistema de autorizações e punições (Bourdieu, 1982: 14). Em outras palavras, identidade

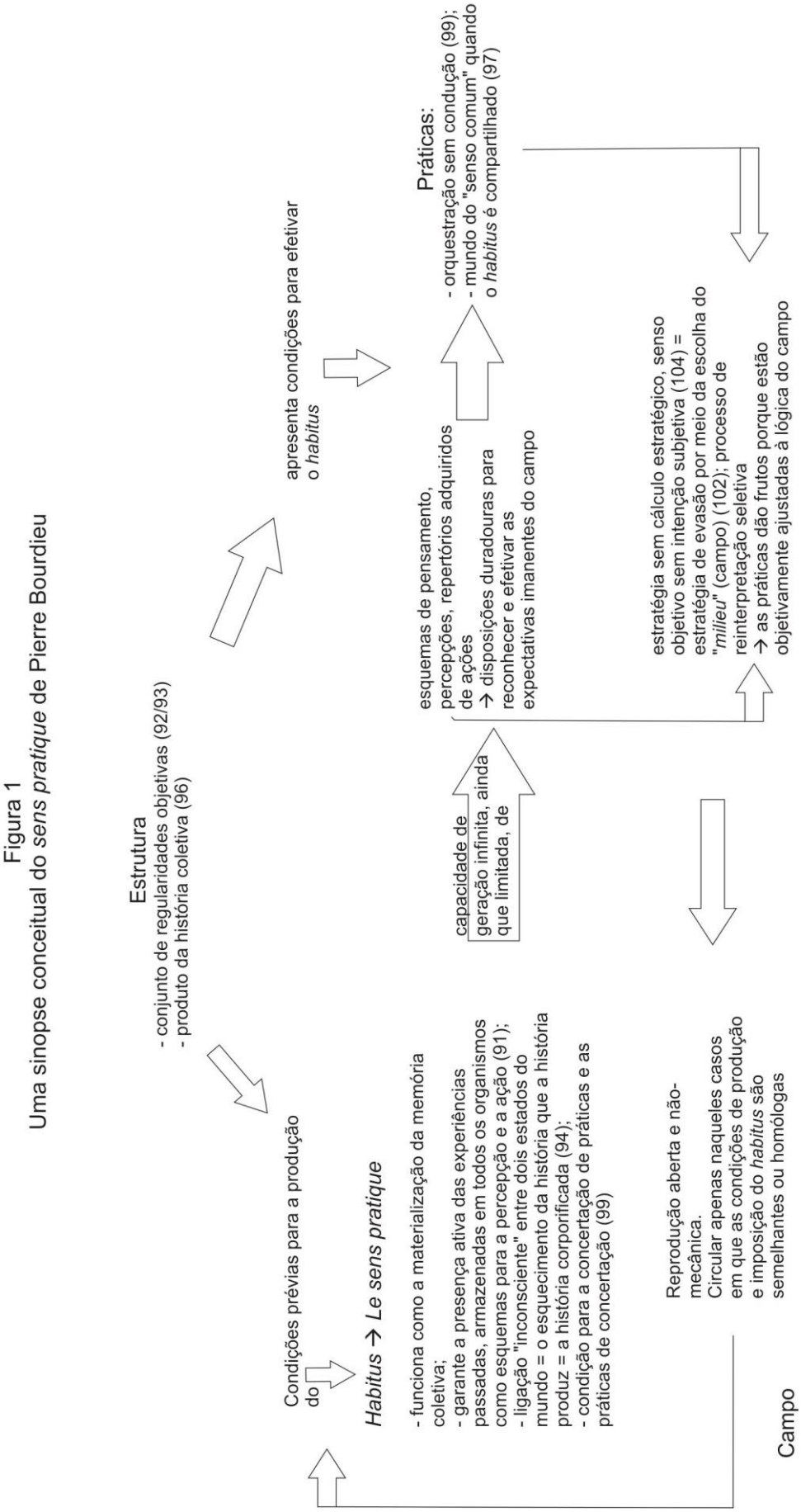
[15] Os campos não duram para sempre, muito menos as disposições. Além das mudanças na estrutura social total, existem diferentes barreiras internas através das quais a reprodução mecânica do campo pode ser inibida. Há, primeiro, a própria passagem da memória coletiva aos esquemas de pensamento e ação. Assim como a linguagem é capaz de produzir muitos novos pensamentos e compreensões, até mesmo a mais forte adesão a práticas estabelecidas não pode determinar o uso que os indivíduos fazem de seu próprio passado. Segundo, as disposições operam em um contexto que é diferente daquele no qual elas são formadas. Quanto maior a diferença percebida, maior a possibilidade de mudança das disposições. Finalmente, existem todas as possíveis interferências em razão do fato de que um mesmo agente pode ser parte de diferentes campos. Aqui, depende-se muito da 'disciplina' (tal como uma disciplina acadêmica, por exemplo) que o campo logra impor aos seus participantes, para que eles não "roubem" e transponham disposições originárias de outros campos (artes ou política, por exemplo). Logo, o grau de 'autismo' de um campo depende da sua habilidade de refratar a influência de outros campos. Essas questões somente podem ser resolvidas empiricamente.

(agência), interesses e estratégias são específicos dos campos e somente podem ser entendidos após uma análise prévia do próprio campo (para uma breve discussão de como Bourdieu redefine os conceitos geralmente economicistas de interesses e estratégias, ver Bourdieu, 1990: 87-93; Bourdieu e Wacquant, 1992: 91-5). Para uma sinopse dessa abordagem, ver a Figura 1, adaptada de Guzzini (1994: 244)[16].

Alguns exemplos da Segunda Guerra do Golfo podem servir como ilustração indicativa desse aparato conceitual (para uma análise mais detalhada, ver Guzzini, 1994: parte V). Nesse caso, abordagens inspiradas no construtivismo estariam

[16] N.T. Os números na Figura 1 referem-se às páginas de Bourdieu (1980).

Figura 1
Uma sinopse conceitual do *sens pratique* de Pierre Bourdieu



interessadas na maneira como a compreensão ganhou forma e, portanto, também como ganharam forma as agendas das políticas consideradas possíveis e necessárias, tanto entre os formuladores das políticas, quanto entre seus observadores. Tal análise teria primeiro que especificar os campos relevantes a serem estudados.

O campo mais óbvio para as Relações Internacionais é a diplomacia. Nesse caso, o *habitus* do campo é rico em memória coletiva das lições do passado, que fornecem as habilidades de *background* para o entendimento e atuação nas relações exteriores. Então, alguns políticos olhando para a Guerra do Golfo através das lentes da Segunda Guerra Mundial, com base em uma analogia entre Adolf Hitler e Saddam Hussein, entenderiam o conflito do Golfo como mais um incidente de uma guerra anti-totalitária, na qual as forças aliadas tiveram que se antecipar a Hussein, antes que ele obtivesse armas de destruição em massa (Lakoff, 1991; Luke, 1991). Esse roteiro, com várias metáforas enredadas, tem uma lógica interna que poderia explicar, por exemplo, por que a opinião pública dos Estados Unidos não entendeu o fato de as forças aliadas não terem avançado até Bagdá (para depor Saddam Hussein). O presidente Bush "Pai" teve dificuldade para explicar que as forças aliadas não tinham mandato para fazê-lo - já que sua justificativa pública para a intervenção, feita em termos do roteiro da Segunda Guerra Mundial, tê-lo-ia levado a exigir a rendição incondicional.

Outro campo de particular interesse para os construtivistas é a mídia internacional (Jaeger, 1996: 333-5). O estudo da mídia teria que incluir sua relação com os campos político e econômico, os quais têm moldado profundamente a seleção e a produção de notícias, inclusive a preferência dada às coberturas ao vivo em detrimento da imprensa escrita (Taylor, 1992: 272). A organização da cobertura da mídia onde a segurança dos jornalistas dependia das forças aliadas obviamente apresentou um efeito tendencioso correspondente.

Mais precisamente, tal estudo precisaria analisar as disposições (*habitus*) dos jornalistas. Uma prática particularmente importante durante a Guerra do Golfo foi a autocensura, que mais uma vez permite a distinção entre uma abordagem individualista e uma intersubjetivista. Uma narrativa individualista de autocensura a vê como uma reação antecipada de uma sanção imputada caso não ocorresse a censura. Uma abordagem intersubjetivista não nega tais exemplificações, mas torna possível conceber a autocensura de uma forma não individualista. Tal análise estaria focada no *habitus* dos agentes no campo dos meios de comunicação, estabelecendo quais são os seus comportamentos competentes de acordo com as regras do campo, de modo que a própria vontade de ser um jornalista (competente) resultaria em tal autocensura.

> É esse senso de aceitabilidade, e não uma forma qualquer de cálculo racional orientada para a maximização de lucros simbólicos, que [...] determina o que é ou não correto e demais formas de autocensura. Essas são as concessões feitas ao mundo social em razão de se ter aceitado tornar-se aceitável (Bourdieu, 1982: 75-6).

Essa abordagem sociológica também mostra por que é provavelmente incompatível articular o construtivismo com uma psicologia cognitiva (Checkel, 1998). Checkel demanda esse vínculo a fim de remediar o supostamente frágil conceito de agência nas abordagens construtivistas. Embora a ligação entre os níveis macro e micro não seja fácil, e seja prematuro reivindicar sua solução final no momento, teorias como a de Bourdieu fornecem conceitos, como o *habitus*, suficientemente ricos para levar em consideração a parte institucionalizada da agência sem depender das regras cognitivas do comportamento. O construtivismo não precisa negar a possível importância dos fatores psicológicos. Algumas abordagens psicológicas, como a teoria dos esquemas e abordagens similares da literatura dos sistemas de crenças, são compatíveis com ele. Ainda assim, o construtivismo deve negar um conceito de agência que não inclua componentes socialmente densos como o *habitus*. Tal conceito seria dificilmente

coerente dentro da moldura construtivista. Consequentemente, o apelo de Checkel pelas lacunas no conceito de agência está ligeiramente deslocada. É apenas o entendimento individualista da agência que apresenta lacunas sérias.

Uma vez que se admite a existência de unidades de análise intersubjetivas, o seu estudo deve tornar-se uma agenda de pesquisa autônoma. Significa que a pesquisa deve não apenas abordar o nexo entre os estímulos materiais e ideacionais e o comportamento individual, mas deve primeiramente compreender a agência de uma forma mais profunda, entendendo a evolução histórica dos esquemas de pensamento, percepção e ação, e a distribuição de capital, incluindo o capital social, em campos cuidadosamente definidos onde os agentes se encontram. Muitas das questões importantes para um cientista social estão localizadas nesse nível mais amplo. De fato, quando a análise se refere à estratificação social, como na abordagem de Bourdieu, o foco não está apenas nas questões de ação, mas no poder social.

"Poder" e a vinculação construtivista dos níveis da ação e da observação

Absolutamente crucial para compreender o construtivismo é a virada que se deu na análise do poder durante os anos 1980 nas Relações Internacionais. Isso porque o conceito de poder provê uma ligação entre um entendimento construtivista coerente do nível de observação com o nível da ação propriamente dita. Como mencionado anteriormente, o construtivismo vê o sistema internacional como socialmente construído por meio de práticas, entre elas as práticas diplomáticas. De forma semelhante, no nível da observação, a ação é entendida em termos das práticas da comunidade acadêmica (embora não apenas isso). Uma vez que ambos são níveis de ação, um construtivismo coerente deve abordá-los da mesma forma. A própria base da dupla hermenêutica implica que o construtivismo deve teorizar a relação entre eles. O conceito de poder

emergiu como uma das formas mais promissoras de conectá-los, isto é, fazer interagir a construção social dos significados (aí incluído o conhecimento) com a construção social da realidade.

Dada a forma como o poder é comumente compreendido nas RI, não é autoevidente a razão pela qual ele seja capaz de fornecer essa ligação. Por um bom tempo, a disciplina viveu satisfeita com uma concepção bastante limitada e frequentemente materialista do poder como sinônimo de capacidades. Mas esse entendimento produziu uma série de anomalias que corroeram a utilidade desse tipo de análise do poder em RI (para uma breve avaliação da análise contemporânea do poder, ver Guzzini, 2000). Primeiro, com a abertura da agenda internacional, as fontes de capacidades se expandiram; a força militar mostrou não ser necessariamente útil em outros setores. Essa falta de "fungibilidade" implica que os índices gerais de poder nacional, sem mencionar os grandes agregados utilizados em análises de balança de poder, não possuem grande utilidade para análises empíricas particulares (Baldwin, 1989 [1979]: 167). Ela implica também que algumas áreas temáticas podem ser fortemente influenciadas pelo uso habilidoso de capacidades não-materiais, como se observa na insistência de Susan Strange (1987) na influência das estruturas de produção do conhecimento sobre o poder "estrutural" dos EUA, e na ideia de "poder brando" (*soft power*) de Joseph Nye (1990). De fato, os conceitos de poder cada vez mais têm sido referidos à produção de efeitos sistêmicos, fossem eles intencionais ou não, pudessem suas origens ser atribuídas a alguns agentes ou não. Tentou-se assim incluir abordagens não-intencionais ou impessoais (Guzzini, 1993). Isso ocorreu além da única exceção parcial à regra dos conceitos do poder internacional, a famosa "lei de reações antecipadas" (Friedrich 1963: 199-215), na qual comportamento dos atores varia segundo as intenções atribuídas aos outros atores.

Mas por que chamar a influência não-intencional ou impessoal de poder? De fato, muitos estudiosos da tradição do individualismo metodológico resistiram à inclusão do poder não-intencional em razão de sua aparente aleatoriedade, e do poder impessoal em razão da chamada falácia dos benefícios[17]. Primeiro, embora as abordagens econômicas possam incluir efeitos não-intencionais (Elster, 1989) em suas análises, não faz sentido incluí-los em sua concepção de poder, ou sua análise de poder, dentro dessa moldura. Segundo, abordagens impessoais do poder têm sido criticadas por deduzirem o poder a partir dos prêmios obtidos, o que tem sido chamado de "falácia dos benefícios" (Barry, 1988 [1987]: 315). Nelson Polsby (1980: 208) mencionou explicitamente o caso do aproveitador (*free-rider*) que obtém vantagens de um certo arranjo sistêmico, mas que basicamente permanece à sua mercê. Não necessariamente se creditaria poder a ele. Em outras palavras, expandir o conceito significou confundir o poder com aleatoriedade ou sorte.

Eu penso que ambos os argumentos pecam por excluírem os efeitos não-intencionais e impessoais da análise de poder. Mais importante, o raciocínio acima também pode ajudar a compreender porque o poder (eu diria mais: a *análise* de poder) pode servir como elemento de ligação entre o nível da observação e o nível da ação.

Para observar a importância do poder, é preciso mudar nossa análise conceitual, passando da questão "o que o poder *significa*?" para esta outra, "o que o uso do conceito de poder *faz*?". Aqui se chegou ao centro do debate político. O poder é um conceito que possui uma variedade de propósitos (Morriss, 1987: 37-42). Para mencionar dois: o poder é usado em contextos práticos nos quais estamos interessados no que podemos fazer aos outros e no que os outros podem nos fazer, intencionalmente ou não. Demais disso, é um

[17] N.T. Ou "falácia da confusão do poder com prêmios e privações" (Dahl, Robert. Análise política moderna. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 35).

conceito importante em contextos morais/legais onde ele funciona como um indicador de efetiva responsabilidade – se os atores não podiam ter realizado tal ação (se eles não tinham a capacidade de executá-la), então eles não podem ser considerados culpados. No primeiro propósito, está-se no domínio da agência e da mudança. O poder é um contrafactual que implica que as coisas poderiam ser de outra maneira. Assim, o poder é um indicador de política, entendida como a arte "do possível". O segundo propósito é avaliar a possível responsabilidade. Como William Connolly (Connolly, 1974:97 ff.) observou algum tempo atrás, atribuir poder a um agente implica atribuir responsabilidade e potencialmente abre margem para a cobrança de esclarecimentos[18].

Em tal contexto, é compreensível que os teóricos da dependência tenham enfatizado efeitos não-intencionais. Pois ao limitar o contexto prático apenas àquelas ações com as quais se pretende afetar os outros, exclui-se da ação política e do julgamento moral aquelas ações com as quais os outros são afetados, intencionalmente ou não (como explicitamente feito por Knorr, 1973: 77-8). Ao deixar de fora o poder não-intencional mobiliza-se apenas um viés investigativo a favor do *status quo* e fecham-se os olhos para o poder tácito dos mais fortes (Guzzini, 1993: 476).

De forma semelhante, a "falácia dos benefícios" está relacionada a um entendimento causal e centrado nos detentores do poder. Dizer que um sistema beneficia certas pessoas não significa que elas produziram tal benefício ou que elas controlam esse sistema. "O que se precisa fazer é observar que um *status quo* que sistematicamente beneficia certas pessoas (com o que Polsby concorda) é em si mesmo relevante... Ademais, se o sistema social atua de maneira a

[18] Para ser mais preciso, a questão da justificação envolve tanto questões de responsabilidade (justificar por meio da ausência de habilidades e alternativas) quanto de compromisso. As do segundo tipo incluem casos em que a falta de alternativas ou intenções não exclui o dever de arcar com o custo dos remédios. Estou em débito com Friedrich Kratochwil, que chamou minha atenção para essa distinção.

sistematicamente colocar em vantagem alguns indivíduos ou grupos, certamente pareceria estranho não levar isso em conta (Morriss, 1987: 105-6). E a despeito do ceticismo sobre as ligações entre o poder e os benefícios obtidos, parece um reducionismo conceber um aparato conceitual incapaz de atribuir benefícios obtidos sistematicamente a uma causa qualquer que possa ser descrita em termos outros que não "sorte sistemática" (Dowding, 1991: 137). Como consequência, já que não há poder envolvido, então "não temos alternativa" a não ser conviver com esse estado de relações fatalista. O poder, entendido como um indicador da "arte do possível", é assim eliminado. Ao reduzir um viés sistematicamente recorrente a uma questão de sorte, essa abordagem deixa de fora do quadro a visão das práticas diárias dos agentes, que ajudam a reproduzir o próprio sistema e as posições de onde essas vantagens foram derivadas. Talvez por essa razão, Dowding (1996: 94ff) tenha reformulado sua abordagem para explicitamente incluir a sorte sistemática na análise de poder, que ele corretamente relaciona aos debates normativos.

Ora, se o conceito de poder funciona como um indicador do "possível", é evidente que tal conceito interessa aos teóricos construtivistas empenhados em desvendar os "mundos que nós fazemos" (*worlds of our making*). Além disso, essa função em particular da análise de poder é que fez com que o poder, e não outro conceito qualquer, atraísse teoricamente estudiosos interessados em estabelecer pontes na relação reflexiva entre o nível da ação e o nível da observação. Para que isso acontecesse, entretanto, o poder precisava (mais uma vez) ser abordado de uma maneira que permitisse observar o conhecimento socialmente construído como um fator constitutivo do poder social, que tornasse possível conceber a relação entre poder e consenso.

Em outras palavras, o conceito de poder forneceu uma ligação central, porque sociologicamente pertinente, entre a construção do conhecimento e a construção da ordem social. Ele o faz basicamente de duas maneiras. Primeiro,

rótulos ou "tipos", como Hacking os chama, são atribuídos às pessoas. Quando o FMI (Fundo Monetário Internacional) situa um país na categoria dos insolventes, esse país perde poder nas suas relações sociais. Outros atores financeiros internacionais mudam seu comportamento também de acordo com aquela tipificação. O próprio país reagirá ao modo como foi percebido, ignorando-o ou tentando remediá-lo. De forma semelhante, atribuir a alguns cidadãos imigrantes o *status* de residentes permanentes dá-lhes o poder para fazer coisas que eles não poderiam de outra forma (e, vale repetir, as pessoas podem se tornar cientes e conscientes dessas tipificações e interagir com elas). Segundo, a análise de poder enfatiza a ligação entre a produção social de conhecimento e a ação coletiva. Aqui o foco está naqueles grupos sociais empoderados para prover uma visão autorizada do mundo. Ambos os tipos de análise de poder, profundamente intersubjetivas, conectam em cada nível a teoria do conhecimento e a teoria social, "porque o poder simbólico específico de impor os princípios da construção da realidade - em particular, da realidade social - é uma dimensão central do poder político" (Bourdieu, 1977: 165).

A fim de oferecer uma ilustração conceitual de ambas as conexões do poder, pode-se evocar Richard Ashley, na sua fase comunicativa e na fase inspirada em Bourdieu. Ele é o estudioso que mais contribuiu para levar adiante nas RI o pensamento sobre a centralidade do poder como elemento capaz de fornecer a ligação entre os dois níveis da ação.[19] Seu ponto de partida é o entendimento do aspecto consensual do poder. Esse aspecto foi tradicionalmente manejado através do conceito de *legitimidade*, que, na leitura weberiana, distingue a autoridade (*Herrschaft*) do poder (*Macht*). O toque hermenêutico mais radical está na redefinição metateórica que forçosamente

[19] Para uma análise do problema agente-estrutura na análise de poder em Relações Internacionais e na Economia Política Internacional, ver Guzzini (1993).

situa o conceito significativo de poder não no nível individual, mas no intersubjetivo.

Ashley começa com o que se poderia chamar de abordagem *comunicativa* (Kratochwil, 1988: 272; Little, 1989). Vale a pena citá-lo na íntegra, porque, embora datado de 1984, esse trecho poderia ter sido escrito pelos construtivistas de hoje. Ashley (1986 [1984]: 276, 291-2) escreve que, para o neorrealismo,

> não há um conceito de poder social por detrás, ou constitutivo, dos estados e de seus interesses. Em vez disso, o poder é geralmente tomado em termos de capacidades que se dizem distribuídas, possuídas e potencialmente utilizadas entre os estados-como-atores [...]. Tais compreensões do poder estão arraigadas em um entendimento utilitário da sociedade internacional: um entendimento no qual: a) não existe nenhuma forma de sociabilidade, nenhuma base intersubjetiva consensual, anterior aos ou constitutiva dos atores individuais ou seus fins privados e, logo, b) os determinantes essenciais dos efeitos relativos de uns atores sobre os outros serão encontrados respectivamente nas capacidades que eles controlam. [...] Mas tal posição exclui terminantemente qualquer modelo de ação social baseado na competência. Segundo um modelo baseado na competência, o poder de um ator, e até mesmo seu status como um agente competente para agir, não pode ser atribuído de forma alguma às qualidades ou bens inerentes a uma dada entidade. Em vez disso, o poder e o status de um ator dependem e são limitados pela condição de seu reconhecimento na comunidade como um todo.

Em um trabalho posterior, Ashley (1987) tenta nomear esse sujeito internacional. Ele o encontra na comunidade dos homens-de-Estado realistas e suas "práticas heróicas" – partindo da ideia de uma dimensão anárquica, os entendimentos compartilhados entre os homens-de-Estado realistas, e, portanto, a comunidade que formam, devem negar sua própria existência. O realismo não apenas trata do poder, mas o discurso realista é em si mesmo um exercício de poder. Ele funciona através do seu empoderamento ritualizado, como exemplificado pelo "duplo movimento" do discurso realista, isto é, a concepção de uma comunidade racional, universalista e abstrata, de um lado, que possui, de

outro lado, uma margem que é histórica (porque é espacial e temporal), isto é, a fronteira entre o doméstico e o internacional. Os rituais de poder

> administram um silêncio em face da historicidade das fronteiras que eles produzem, o espaço que eles esclarecem historicamente e o sujeito que eles historicamente constituem [...]. [A política internacional] aparece como um domínio de necessidade, existente independentemente do conhecimento, da vontade e da prática [...] o duplo movimento exclui do discurso político ativo as estratégias e os procedimentos pelos quais as margens das sociedades doméstica e internacional são produzidas, a esfera da política internacional é constituída e normalizada, e a subjetividade predominante do estadista moderno é empoderada [...]. [Essas estratégias] são avaliadas, quando o são, não como rituais de poder participantes na produção da ordem, mas como respostas necessárias a uma verdade já estabelecida. (Ashley, 1987: 419)

Ao invés de compreender a cooperação internacional como o resultado da interação estratégica, Ashley (1986 [1984]: 266) adota "a postura de um etno-metodologista de uma comunidade diplomática" (e certamente mais que os realistas clássicos e empiristas que ele cita), uma posição que ele (infelizmente) rejeitará em seus trabalhos posteriores.

De forma consistente, e necessária do ponto de vista de uma abordagem de dupla hermenêutica, Ashley aplicou tal abordagem intersubjetiva no nível da observação à comunidade acadêmica. Este forte aspecto epistemológico é o resultado de dois assuntos necessariamente relacionados. É um sintoma do paradigma realista em crise, a incitar debates sobre os seus fundamentos. Mas é também o resultado lógico de uma moldura explanatória que busca pôr em evidência as rotinas legitimadoras da comunidade diplomática e seus observadores.

Em suma, o conceito central de poder intersubjetivo completa a virada sociológica e interpretivista no construtivismo em Relações Internacionais – o conhecimento é uma construção social; a política internacional não é simplesmente uma série de escolhas individuais em um ambiente naturalizado, mas uma construção social que define e constrói identidades; a relação reflexiva

entre os dois níveis da ação é central para qualquer análise intersubjetiva do poder.

CONCLUSÃO

Devido ao uso crescentemente inflacionado e por vezes incoerente do construtivismo, o objetivo principal do artigo foi limpar o terreno para uma melhor comunicação no âmbito da pesquisa construtivista, bem como entre ela e as abordagens concorrentes. Ao invés de procurar posições intermediárias ou mínimos denominadores comuns, o artigo tentou buscar sentido no construtivismo, por meio da procura de uma posição metateórica coerente, a partir da qual ele pudesse ser reconstruído.

Sua principal hipótese é a de que o construtivismo pode ser mais bem compreendido por meio de uma distinção cuidadosa entre suas posições no nível da observação, da ação e do relacionamento entre ambas. Quanto ao nível da observação, o artigo argumenta que uma posição coerente no construtivismo implica a adoção de uma epistemologia construtivista (a construção social da realidade) e da dupla hermenêutica. Em outras palavras, o construtivismo trata, do ponto de vista epistemológico, sobre a construção social do conhecimento e, do ponto de vista ontológico, sobre a construção (social) do mundo social. No nível da ação, o artigo adota como premissa uma unidade de análise intersubjetiva. E como o construtivismo repousa sobre a problematização de como a realidade é construída, ele deve teorizar a relação entre esses dois níveis, o que geralmente aparece em uma ou outra versão da análise de poder intersubjetiva.

A ideia central subjacente era a de ampliar a reflexividade tanto nos estudos teóricos quanto nos empíricos nas Relações Internacionais, com base no fato de que a análise do mundo social não apenas faz parte do mundo real, mas

também pode afetá-lo. Essa ligação intrínseca das ciências sociais com o poder e a política pode ser rejeitada por alguns estudiosos porque parece implicar que toda ciência social é ideológica. Mas isso não parece ser uma dedução necessária a partir da posição deste artigo. Eu simplesmente afirmo um truísmo, a saber, o de que as ciências sociais interagem com o mundo social. De fato, é uma posição que requer que nos vejamos a nós mesmos como estudiosos e, ao mesmo tempo, como atores sociais. Mas dizer que as ciências sociais possuem consequências sociais não implica dizer que as ciências sociais sejam apenas política. Pelo lado inverso, também não significa que só porque o mundo social é construído, que seria uma simples questão de vontade de reconstruir para que se conseguisse efetivamente mudá-lo. E ainda que alguns cientistas preferissem ter acesso ao poder político, isso não é de forma alguma uma opinião geral entre os cientistas, ou tampouco uma opinião que tenha algum efeito.

Contaram-me uma história que eu não posso conferir, mas, como dizem os italianos, *se non è vero, è ben trovato*. No discurso inaugural de uma Associação de Economistas, seu presidente teria criticado a disciplina por seu pouco impacto efetivo sobre a política propriamente dita. Seu discurso foi visto como um desaforo. A plateia apontou inúmeros exemplos de políticas que foram influenciadas pelo pensamento acadêmico e seus principais protagonistas. Depois de ouvir esses exemplos, o presidente pediu a palavra para indagar como poderia ser então que houvesse tão poucas pesquisas sobre essa influência, e por que é que a disciplina não estava refletindo sobre seu papel eminentemente social. O construtivismo poderia ter ajudado a evitar o embaraçoso silêncio que se seguiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER, Emmanuel. (1997) 'Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics', *European Journal of International Relations* 3(3): 319–63.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. (1969 [1947]) *Dialektik der Aufklarung: Philosophische Fragmente*. Frankfurt: Fisher Verlag.

ANDERSON, Benedikt. (1991*) Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso.

ARON, Raymond. (1969) *Les désillusions du progrès. Essai sur la dialectique de la modernité*. Paris: Calmann-Lévy.

ASHLEY, Richard K. (1987) 'The Geopolitics of Geopolitical Space', *Alternatives* xii (4): 403–34.

_____. (1986 [1984]) 'The Poverty of Neorealism', *in* Robert O. Keohane (ed.) *Neorealism and its Critics*, pp. 255–300. New York: Columbia University Press.

BALDWIN, David A. (1985) *Economic Statecraft*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1989 [1979]) 'Power Analysis and World Politics: New Trends versus Old Tendencies', *in Paradoxes of Power*, pp. 129–68. New York and Oxford: Basil Blackwell.

BARNES, Barry. (1982) "T. S. Kuhn and Social Science". London: Macmillan. Barry, Brian (1988 [1987]) 'The Uses of Power', *in Democracy, Power and Justice*, pp. 307–21. Oxford: Clarendon Press.

BARTELSON, Jens. (1995) *A Genealogy of Sovereignty*. Cambridge: Cambridge University Press.

BECK, Ulrich. (1986) *Die Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt/M: Suhrkamp. [Edição em português consultada: *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade, tradução de Sebastião Nascimento, São Paulo: Ed. 34, 2010].

BERNSTEIN, Richard. (1983) *Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics and Praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

BOURDIEU, Pierre. (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1980) *Le sens pratique*. Paris: Édition Minuit.

_____. (1982) *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.

_____. (1990) *In Other Words: Essays Towards a Reflexive Sociology*. Cambridge: Polity Press.

_____; WACQUANT, Loïc J.D. (1992) *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*. Paris: Éditions du Seuil.

BULL, Hedley. (1989 [1984]) 'The Revolt against the West', *in* Hedley Bull and Adam Watson (eds.), *The Expansion of International Society*, pp. 217–28. Oxford and New York: Clarendon Press.

CAMPBELL, David. (1992) *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

CHECKEL, Jeffrey T. (1998) 'The Constructivist Turn in International Relations Theory', *World Politics* 50(2): 324–48.

COLEMAN, James S. (1990) *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Belknap Harvard.

CONNOLLY, William E. (1974) *The Terms of Political Discourse*. Oxford: Martin Robertson.

DOWDING, Keith M. (1991) *Rational Choice and Political Power*. Hants: Edward Elgar.

_____. (1996) *Power*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

DUNNE, Timothy. (1995) 'The Social Construction of International Society', *European Journal of International Relations* 1(3): 367–89.

ELSTER, Jon. (1989) *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.

FRIEDMAN, Milton. (1953) 'The Methodology of Positive Economics', *in* his (ed.), *Essays in Positive Economics*, pp. 3–43. Chicago: Chicago University Press.

FRIEDRICH, Carl J. (1963) *Man and Government*. New York: McGraw-Hill.

GIDDENS, Anthony. (1984) *The Constitution of Society*. Outline of a Theory of Structuration. Berkeley: The University of California Press.

GUTTING, Gary. (1980) 'Introduction', *in* Gary Gutting (ed.) *Paradigms and Revolutions: Appraisals and Applications of Thomas Kuhn's Philosophy of Science*, pp. 1–21. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

GUZZINI, Stefano. (1993) 'Structural Power: The Limits of Neorealist Power Analysis', *International Organization* 47(3): 443–78.

_____. (1994) 'Power Analysis as a Critique of Power Politics: Understanding Power and Governance in the Second Gulf War'. PhD dissertation. Florence: European University Institute.

_____. (1997) 'Maintenir les dilemmas de la modernité en suspens: analyse et éthique poststructuralistes en Relations Internationales', *in* Klaus-Gerd Giesen (ed.) *L'éthique de l'espace politique mondiale: métissages interdisciplinaires*, pp. 247–85. Bruxelles: Bruylant.

_____. (1998) *Realism in International Relations and International Political Economy*. The Continuing Story of a Death Foretold. London and New York: Routledge.

_____. (2000) 'The Use and Misuse of Power Analysis in International Theory', *in* Ronen Palan (ed.), *Global Political Economy*. The Contemporary Debates. London and New York: Routledge.

HABERMAS, Jürgen. (1985) *Der philosophische Diskurs der Moderne*. Zwölf Vorlesungen. Frankfurt/M: Suhrkamp.

_____. (1985 [1981]) *Theorie des kommunikativen Handelns*. Band 1: 178 Handlungstrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung. Frankfurt/M: Suhrkamp.

HACKING, Ian. (1999) *The Social Construction of What?* Cambridge, MA: Harvard University Press.

HOPF, Ted. (1998) 'The Promise of Constructivism in International Relations Theory', *International Security* 23(1): 171–200.

JAEGER, Hans-Martin. (1996) 'Konstruktionsfehler des Konstruktivismus in den International Beziehungen', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 3(2): 313–40.

JEPPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J. (1996) 'Norms, Identity and Culture in National Security', in Peter J. Katzenstein (ed.) *The Culture of National Security*, pp. 33–75. New York: Columbia University Press.

KAPLAN, Morton A. (1957) *System and Process in International Politics*. New York: John Wiley & Sons.

_____. (1969 [1966]) 'Variants on Six Models of the International System', *in* James Rosenau (ed.) *International Politics and Foreign Policy*. A Reader in Research and Theory, pp. 291–303. New York: Free Press.

KATZENSTEIN, Peter; KEOHANE, Robert O.; KRASNER, Stephen D. (1998) 'Inter- national Organization and the Study of World Politics', *International Organization* 52(4): 645–85.

KEOHANE, Robert O. (1984) *After Hegemony*. Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1989 [1987]) 'International Institutions: Two Approaches', *in* Robert O. Keohane (ed.), *International Institutions and State Power*. Essays in International Relations Theory, pp. 158–79. Boulder, CO: Westview Press.

KISSINGER, Henry A. (1969) *American Foreign Policy: Three Essays*. New York: W.W. Norton.

KNORR, Klaus. (1973) *Power and Wealth: The Political Economy of International Power*. London: Macmillan.

KOSLOWSKI, Roy; KRATOCHWIL, Friedrich. (1994) 'Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and the International System', *International Organization* 48(2): 215–47.

KRASNER, Stephen D. (1982) 'Regimes and the Limits of Realism: Regimes as Autonomous Variables', *International Organization* 36(2): 497–510.

KRATOCHWIL, Friedrich. (1988) 'Regimes, Interpretation and the "Science" of Politics: A Reappraisal', *Millennium: Journal of International Studies* 17(2): 263–84.

_____. (1989) *Rules, Norms and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1993) 'The Embarassment of Changes: Neo-realism and the Science of Realpolitik without Politics', *Review of International Studies* 19(1): 63–80.

_____; LAPID, Yosef (eds). (1996) *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

_____; RUGGIE, John Gerard. (1986) 'International Organization: A State of the Art on an Art of the State', *International Organization* 40(4): 753–75.

KUHN, Thomas. (1970) 'Reflections on my Critics', *in* Imre Lakatos and Alan Musgrave (eds), *Criticism and the Growth of Knowledge*, pp. 231–78. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1970 [1962]) *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press. [Edição em português consultada: *A estrutura das revoluções científicas*, tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira, São Paulo: Perspectiva, 2006.]

KYMLICKA, Will. (1995) *Multicultural Citizenship*: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford: Clarendon Press.

LAKATOS, Imre. (1970) 'Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes', *in* Imre Lakatos and Alan Musgrave (eds), *Criticism and the Growth of Knowledge*, pp. 91–196. Cambridge: Cambridge University Press.

LAKOFF, George. (1991) 'Metaphor and War: The Metaphor System Used to Justify War in the Gulf', *Peace Research* 23(2&3): 25–32.

LEANDER, Anna. (2000) 'A "Nebbish Presence": The Neglect of Sociological Institutionalism in International Political Economy', *in* Ronen Palan (ed.) *Global Political Economy: Contemporary Theories*. London and New York: Routledge.

LITTLE, Richard. (1989) 'Deconstructing the Balance of Power: Two Traditions of Thought', *Review of International Studies* 15(2): 87–100.

LUKE, Timothy W. (1991) 'The Discipline of Security Studies and the Codes of Containment: Learning from Kuwait', *Alternatives* 16: 315–44.

MERLINGEN, Michael. (1999) 'Die Relativität von Wahrheit dargestellt am Beispiel der Wirtschafts und Währungsunion', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 6 (1): 93–128.

MORGENTHAU, Hans J. (1948) *Politics Among Nations*: The Struggle for Power and Peace. New York: Knopf.

MORRISS, Peter. (1987) *Power: A Philosophical Analysis*. Manchester: Manchester University Press.

MULLER, Harald. (1994) 'Internationale Beziehungen als kommunikatives Handeln. Zur Kritik der utilitaristischen Handlungstheorien', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 1(1): 15–44.

NEUFELD, Mark. (1993) 'Reflexivity and International Theory', *Millennium: Journal of International Studies* 22(1): 53–76.

NEUMANN, Iver B. (1995) *Russia and the Idea of Europe*: A Study in Identity and International Relations. London and New York: Routledge.

NYE, Joseph S., Jr. (1990) 'Soft Power', *Foreign Policy* (80): 153–71.

ONUF, Nicholas Greenwood. (1989) *World of our Making*: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia, SC: University of South Carolina Press.

PATOMÄKI, Heikki. (1992) 'What Is It That Changed with the End of the Cold War? An Analysis of the problem of Identifying and Explaining Change', *in* Pierre Allan and Kjell Goldmann (eds), *The End of the Cold War*: Evaluating Theories of International Relations, pp. 179–225. Dordrecht: Martinus Nijhoff Publishers.

_____. (1996) 'How to Tell Better Stories about World Politics', *European Journal of International Relations* 2(1): 105–33.

_____; WIGHT, Colin. (1999) 'After Postpositivism? The Promises of Critical Realism', unpublished manuscript.

POLSBY, Nelson W. (1980) *Community, Power and Political Theory*. New Haven, CN: Yale University Press.

RISSE, Thomas. (1998) 'Let's Argue!' Persuasion and Deliberation in International Relations. Paper presented at the Joint Meeting of the ISA and ECPR/IR, Vienna.

RISSE-KAPPEN, Thomas. (1994) 'Ideas do not Float Freely: Transnational Coalitions, Domestic Structures, and the End of the Cold War', *International Organization* 48(2): 185–214.

_____. (1995) 'Reden ist nicht billig. Zur Debatte um Kommunikation und Rationalität', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 2(1): 171–84.

RUGGIE, John Gerard. (1998) *Constructing the World Polity*: Essays on International Institutionalization. London and New York: Routledge.

SAID, Edward. (1979) *Orientalism*. New York: Vintage Books.

SCHLICHTE, Klaus (1998) 'La Françafrique — postkolonialer Habitus und Klientelismus in der französischen Afrikapolitik', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 5(2): 309–43.

SCHMALZ-BRUNS, Rainer. (1995) 'Die Theorie des kommunikative Handelns — eine Flaschenpost? Anmerkungen zur jüngsten Theoriedebatte in den Internationalen Beziehungen', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 2(2): 347–70.

SCHUTZ, Alfred (1962 [1953]) 'On the Methodology of the Social Sciences', in his (ed.), *The problem of social reality*, pp. 3–47. The Hague, Boston and London: Martinus Nijhoff Publishers.

SEARLE, John R. (1995) *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press.

SPARTI, Davide. (1992) *Se un leone potesse parlare. Indagine sul comprendere e lo spiegare*. Firenze: Sansoni.

_____. (1996) *Soggetti al tempo. Identità personale tra analisi filosofica e costruzione sociale*. Milano: Feltrinelli.

STRANGE, Susan. (1987) 'The Persistent Myth of Lost Hegemony', *International Organization* 41(4): 551–74.

TAYLOR, Charles. (1992) *Multiculturalism and the Politics of Recognition*. Princeton: Princeton University Press.

TAYLOR, Philip M. (1992) *War and the Media: Propaganda and Persuasion in the Gulf War*. Manchester and New York: Manchester University Press.

WALKER, R.B.J. (1980) 'Political Theory and the Transformation of World Politics'. Princeton University: World Order Studies Program, Occasional Paper No. 8.

_____. (1990) 'Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics', *Alternatives* XV(1): 3–27.

_____. (1991) 'State, Sovereignty and the Articulation of Political Space/Time', *Millennium: Journal of International Studies* 20(3): 445–61.

_____. (1993) *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

WEBER, Max. (1988 [1922]) Gesammelte Aufsa̋tze zur Wissenschaftslehre. Tu̇bingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck).

WENDT, Alexander. (1987) 'The Agent–Structure Problem in International Relations', *International Organization* 41(3): 335–70.

_____. (1992) 'Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics', *International Organization* 46(2): 391–425.

_____. (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

WOHLFORTH, William C. (1994/1995) 'Realism and the End of the Cold War', *International Security* 19(3): 91–129.

ZEHFUß, Maja (1998) 'Sprachlosigkeit schra̋nkt ein. Zur Bedeutung von Sprache in konstruktivistischen Theorien', *Zeitschrift für Internationale Beziehungen* 5(1): 109–37.